

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM UM CONTEXTO DE  
MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

Mariana Köhler Pereira

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

---

Prof. Rogério de Aragão Bastos do Valle, D.Sc.

---

Prof. Sidney Lianza, D.Sc.

---

Prof. Fernando Guilherme Tenório, D.Sc.

---

Prof. Osvaldo Luís Gonçalves Quelhas, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL  
DEZEMBRO DE 2002

PEREIRA, MARIANA KÖHLER

Responsabilidade Social Corporativa  
em um Contexto de Modernização Reflexiva  
[Rio de Janeiro] 2002.

VI, 80 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ, M.Sc.,  
Engenharia de Produção, 2002)

Tese - Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, COPPE

1.Responsabilidade Social Corporativa

2.Relações de Trabalho

3.Modernização

4.Globalização

I. COPPE/UFRJ II. Título ( série )

À minha avó querida.

## Agradecimentos

Ao professor Rogério Valle, pela orientação e incentivo.

Aos meus pais e irmão pelo apoio.

À vovó, que compreendeu com paciência meus momentos de ausência.

Aos amigos de sempre, por serem meus amigos.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

## RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

Mariana Köhler Pereira

Dezembro / 2002

Orientador: Rogério de Aragão Bastos do Valle.

Programa: Engenharia de Produção

A discussão da responsabilidade social das empresas vem ganhando importância crescente à medida que o avanço da globalização possibilita o aumento significativo do poder das empresas e reduz a margem de ação dos Estados, fragilizando-os no que se refere à capacidade de implementar políticas relativas à questão social.

A modernização reflexiva, conceito desenvolvido, entre outros por Anthony GIDDENS, coloca a sociedade no caminho da autocrítica. O projeto da modernização reflexiva inicia um novo paradigma, onde conceitos como cidadania, ética, autonomia são privilegiados. A empresa deve possibilitar o desenvolvimento desses valores, trabalhando o homem integralmente para que ele possa não só atender aos requisitos do mercado, mas também atuar como cidadão no mundo globalizado.

O trabalho faz uma abordagem crítica ao conceito de responsabilidade social corporativa no contexto de modernização reflexiva, concluindo que o conceito e discurso da responsabilidade social corporativa carecem de coerência teórica e validade empírica.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

## CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY IN A CONTEXT OF REFLEXIVE MODERNIZATION

Mariana Köhler Pereira

December / 2002

Advisor: Rogério de Aragão Bastos do Valle.

Department: Production Engineering

The discussion of the corporate social responsibility is winning growing importance while the success of the globalization reduces the margin of action of States, weakening them in what refer to the capacity to implement policies related to the social subject, and while the globalization makes possible the significant increase of companies power.

The reflexive modernization, concept developed, among others by Anthony GIDDENS, puts the society in the road of the self-criticism. The project of the reflexive modernization begins a new paradigm, where concepts as: citizenship, ethics, autonomy are privileged. The company should make possible the development of those values, working the man integrally to not only to assist to the requirements of the market, but also to act as citizen in the globalized world.

The present work makes a critical approach to the concept of corporate social responsibility in the context of reflexive modernization, concluding that the concept and speech of the corporate social responsibility lack theoretical coherence and empiric validity.

<b>ÍNDICE</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO 1 - GLOBALIZAÇÃO</b>	<b>6</b>
1.1 - Mercados Globais e margem de ação do Estado	6
1.2 - Consenso de Washington e o “ Pensamento Único”	14
1.3 - Globalização, Neoliberalismo e Exclusão Social	18
1.4 - Pós Consenso : Um Novo Horizonte.	21
<b>CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA</b>	<b>25</b>
2.1 - Globalização Comunicacional	25
2.2 - Modernização Reflexiva e suas características	28
Incerteza Artificial e os riscos	28
Sociedade Pós-Traducional e o Novo Individualismo	29
Sentido da autonomia no processo de Modernização Reflexiva.	31
Democratização da democracia	33
2.3 - Ação Política e Novos atores sociais	34
Ação Política : O advento da Política da Vida e a Subpolítica	34
Novos Atores Sociais	36
Campos de transmissão do novo fazer público	37
Globalização dos Conflitos	38
2.4 - Racionalização do Mundo	39
<b>CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA</b>	<b>42</b>
3.1 Outros Fatores que alavancaram o “movimento de responsabilidade social corporativa”	42
3.2 Responsabilidade Social Corporativa - RSC	48
3.3 Os tipos de Responsabilidade Social da empresa	51
3.4 <i>Stakeholders</i> – Partes interessadas	52
3.5 Publicação e Verificação do desempenho da Responsabilidade Social Corporativa	55
<b>CAPÍTULO 4 –RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA</b>	<b>57</b>
4.1 Conseqüências pessoais do trabalho.	58
4.2 Responsabilidade Social Corporativa e Modernização Reflexiva: uma abordagem crítica.	65
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

**“ Quando se faz derivar toda a moral da produtividade...é preciso tomar cuidado para não suprimir o encanto da existência nua, ou da resistência a tudo valorar” (BRECHT, 1958)**

A mudança na relação estado-mercado e a conseqüente perda de autonomia do Estado levam ao fortalecimento da ação empresarial, especialmente das grandes empresas, em todos os domínios da vida pública. A concentração de poder num número cada vez maior de holdings e grupos empresariais, faz com que o papel tradicional das empresas de gerar lucros, pagar impostos e abrir mercado de trabalho tenda a ser ampliado para ações de responsabilidade social, que em maior medida eram atribuições do Estado.

A discussão da responsabilidade social das empresas vem ganhando importância crescente à medida em que o sucesso da globalização reduz a margem de ação dos Estados, fragilizando-os no que se refere à capacidade de implementar políticas relativas à questão social. A lógica do mercado não apenas torna-se hegemônica como também invade espaços sociais que antes não lhe eram afetos . A tomada de decisão nas empresas vem tornando-se mais complexa do que nunca, ambos em termos de pressões competitiva e expectativas sociais.

Encarando estes desafios, um número cada vez maior de empresas vê refletidas as mudanças de expectativas do homem moderno - e reflexivo, ou da sociedade em geral na maneira que gerenciam seus próprios negócios.

A modernização reflexiva, conceito desenvolvido entre outros autores, por Anthony GIDDENS, coloca a sociedade no caminho da autocrítica. O projeto da modernização reflexiva inicia um novo paradigma, onde conceitos como cidadania, ética, autonomia são privilegiados.

A história tem mostrado exaustivamente que a economia humana, como um todo, está imersa em suas relações sociais. A ontologia do *homo economicus* , teoricamente problemática e socialmente anti-humana, seria o sintoma filosófico da barbárie moderna. Desta maneira, reconhecer e incorporar o suporte humano, à teoria da globalização, é



fundamental, sem o qual reduzimos os fluxos econômicos a fluxos anônimos. Registrar o global com uma visão personalizada é dizer que trataremos da globalização não só como um movimento de bens e capitais, mas também de símbolos e mensagens. Nesta direção antecipo incluir o papel das pessoas e portanto; a dimensão cultural da globalização, o que permite ter em conta um conceito de grande importância: o processo de Modernização Reflexiva.

A reflexividade social é condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional. As decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições de ação de cada um.

Diante deste novo contexto, a questão a partir da qual desenvolvemos o presente trabalho é a seguinte: como entender a importância que o tema responsabilidade social corporativa adquiriu e em que medida o movimento de responsabilidade social corporativa contribui para o engajamento do cidadão na modernidade reflexiva?

A hipótese central é de que a modernização reflexiva, decorrente do próprio processo de modernização capitalista e do conceito de sociedade de risco, inicia um novo paradigma, onde a autonomia é privilegiada, tornando-se necessidade para a vida numa sociedade destradicionalizada e reflexiva. No mundo do trabalho, a autonomia é diferença que marca a mudança do predomínio do fordismo para o pós-fordismo. A empresa deve possibilitar o desenvolvimento desse valor, trabalhando o homem integralmente para que ele possa não só atender aos requisitos do mercado, mas também atuar como cidadão no mundo globalizado.

O que são “mercados globais” e quais são os seus efeitos. Que implicações a globalização tem para o Estado, a economia e a sociedade? Apenas através de uma análise sistemática dos efeitos dos mercados cada vez mais “sem fronteiras” sobre a política e a sociedade é que se pode avaliar em que planos se modificam as ações na tomada de decisão no Estado e na economia privada. São estas questões que trataremos no capítulo 1.

No capítulo 2 é apresentado o debate sobre a Modernização Reflexiva, no qual enfocamos a globalização não apenas como mera concepção de integração econômica, mas como um processo que envolve transformações nos significados de intensificação

das comunicações, desterritorialização, integração mundial, modernidade técnica e reflexividade social. Portanto, a atual organização do mundo modifica de forma acelerada os valores básicos da sociedade; mudando a concepção de organização da empresa e da economia; transformando todas as instituições.

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa é apresentado no capítulo 3. Ele assume várias formas, desde minimizando o impacto social de novos investimentos; prover aos empregados melhores condições de trabalho, influenciando o comportamento dos fornecedores no sentido de não contratar mão-de-obra infantil, e respeitar outras questões sociais e ambientais; suportar as carências locais, grupos ambientais, iniciativas empresariais ou atividades educacionais, financiar fundações que promovam o desenvolvimento socialmente e ambientalmente sustentável. Utilizamos como referência (CARROLL, 1999), autor clássico na literatura sobre responsabilidade social corporativa, que propõe uma convergência entre os conceitos de cidadania empresarial e de responsabilidade social corporativa e aponta quatro faces para a cidadania empresarial: econômica, legal, ética e filantrópica.

Finalmente, o quarto capítulo, analisa criticamente o conceito de responsabilidade social corporativa no contexto de modernização reflexiva. No mundo da produção um dos efeitos da modernização reflexiva é a reivindicação do indivíduo por trabalhos com maior significado, crescimento pessoal e maior autonomia. São sob estes aspectos que analisamos a validade do conceito e discurso da responsabilidade social corporativa .

## **Metodologia**

O presente trabalho seguiu o seguinte percurso metodológico: pesquisa bibliográfica e documental.

- 1) A pesquisa bibliográfica implicou em um extenso levantamento bibliográfico, recorrendo ao uso de material acessível ao público em geral como livros, periódicos, teses, artigos e sobre os temas relacionados com as questões do trabalho. Em seguida, fez-se a leitura e escolha da principal referência teórica a partir da qual se desenvolveria a análise. A teoria de “Modernização Reflexiva” desenvolvida por Anthony GIDDENS e o conceito de “sociedade de risco” desenvolvido por Ulrich BECK despertaram um interesse particular.

2) A pesquisa documental foi utilizada a partir de informações relevantes em documentos de empresa, relatórios de instituições apresentando resultados de comportamento social de empresas, resultados de pesquisas divulgadas em sites especializados na Internet, indicadores sociais veiculados em diversos meios.

## CAPÍTULO 1 - GLOBALIZAÇÃO

Evidentemente a globalização é problemática e contraditória, compreendendo integração e fragmentação, nacionalismos e regionalismos, geoeconomia e geopolítica. Neste sentido é que diversas teorias da globalização oferecem subsídios para a compreensão de distintos aspectos da sociedade global em formação: a interdependência das nações, a internacionalização do capital, o mercado global do comércio, a aldeia global, a dialética da globalização, racionalização do mundo, globalização como processo civilizatório, etc. Eles acentuam aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e outros. Ainda que enfatizem este ou aquele aspecto, todas as abordagens oferecem alguma contribuição para a inteligência das condições sobre as quais se forma a sociedade global. Este espaço torna-se; portanto, diminuto para tratar destes diferentes aspectos. Portanto, procuraremos neste e no capítulo que se segue tratar os principais aspectos, que formarão o arcabouço teórico necessário para a compreensão das emergentes relações sociedade-empresa, indivíduo-empresa em um momento em que a responsabilidade social das empresas está na ordem do dia.

### 1.1 - Mercados Globais e margem de ação do Estado

De que forma a globalização da economia mundial influencia a economia e a política nacional? É importante uma investigação das principais mudanças estruturais da economia mundial e de sua influência sobre os Estados. Apenas através do conhecimento das causas e do desenvolvimento dos “mercados globais” a partir da década de 70 é que se evidencia sua efetiva relevância. E apenas através de uma análise dos efeitos de mercados cada vez mais “sem fronteiras” sobre a política e a sociedade concebidas nacionalmente é que se pode avaliar em que planos se modificam as opções de ação para os responsáveis pela tomada de decisões no Estado e na economia privada.

Atualmente, a globalização da economia mundial vem sendo percebida pelos responsáveis pelas decisões políticas, pelas empresas e meios de comunicação cada vez mais como um critério orientador da ação. Mas desde a década de 70, a globalização vem adquirindo relevância e influenciando as decisões econômicas de forma decisiva.

Isso ficou patente na década de 80, quando a interpenetração de economias nacionais e mercados globais e a pressão da concorrência contribuíram para uma mudança de rumo da política econômica em muitos países: na Europa perdeu força o consenso neokeynesiano das décadas do pós-guerra e a América Latina abandonou o protecionismo da substituição de importações. Reformas liberais e uma nova cooperação regional, agora desregulamentada, caracterizam as décadas de 80 e 90. Com esforços de liberalização nacional bastante diferenciados, foi comum à maioria dos países a tentativa de se fortalecer, através de medidas neoliberais, na concorrência global das vantagens locais.

Todavia, nos últimos anos, a crescente participação de transações econômicas através de fronteiras no conjunto da atividade econômica sofreu uma virtuosa aceleração e chegou com mais ênfase à consciência pública. Diferentes efeitos são atribuídos à globalização, desde a eventualidade do fim da capacidade de ação do Estado, até uma ameaça ao Estado de bem-estar (*welfare state*) pela concorrência global das vantagens locais. Que implicações a globalização tem para o Estado, a economia e a sociedade?

A temática que hoje se discute na ciência e nos meios de comunicação com o conceito de “globalização” foi percebida nas décadas de 70 e 80 mediante o termo “internacionalização”. Em seu conteúdo, ambos designam o mesmo fenômeno:

*“Internacionalização é um processo que se realiza principalmente através da interdependência (...) do intercâmbio econômico (...) e dos efeitos que daí resultam sobre as sociedades envolvidas. Ele leva à adoção internacional de racionalidades econômicas dominantes e ao aprendizado (...) de novos padrões sociais de comportamento e de valores, que alicerçam esse processo ideologicamente” (SCHIRM, 1998).*

Neste ponto da dissertação, proponho o conceito de “mercado global”, pois o termo “globalização”, devido a um grande número de definições na literatura científica, tornou-se ambíguo. O conceito “mercados globais”, ao contrário, é mais preciso, pois se restringe à dimensão econômica. Mas, sobretudo, ele fornece à análise a necessária delimitação conceitual entre *mercado* e *Estado*: os mercados globais funcionam segundo a lógica da maximização do lucro de atores privados transnacionais que operam potencialmente de forma global. Assim, os mercados globais diferenciam-se claramente da alocação de

valores segundo a política de governos, limitada ao Estado nacional e, em princípio, voltado para o interesse da comunidade.

Por desenvolvimento dos mercados globais, deve-se entender o processo de crescente mobilidade e interdependência global de atividades econômicas privadas, isto é, uma interdependência entre mercados que podem atuar simultaneamente em vários países. Enquanto as atividades das empresas privadas podem se estender a um grande número de sociedades, os governos, no que diz respeito à sua capacidade de ação, permanecem definidos pelo seu caráter nacional. Os mercados globais caracterizam-se por interações que ultrapassam o âmbito nacional e não são determinadas por fronteiras, normas e interesses nacionais específicos. Nessa medida, a forma de funcionamento dos mercados globais diferencia-se nitidamente da do Estado e seu governo, cujo procedimento é caracterizado por territorialidade, soberania e comunidade.<sup>1</sup>

Deste modo, é inegável que o processo de globalização fragiliza o Estado-Nação, não apenas no que se refere à capacidade de implementar políticas específicas relativas aos mercados, mas também, e talvez principalmente, a determinadas capacidades "estruturais" relativas à questão social.

Por toda a maior parte deste século, o papel dos estados era concebido como o de um aparato protetor das economias nacionais, em face das forças externas perturbadoras, de modo a garantir adequados níveis de emprego e bem-estar nacionais. A prioridade do Estado era o bem-estar. Nas últimas décadas, a prioridade modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O Estado está se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional (IANNI, 1995).

Portanto, pode-se em princípio considerar, que à medida que aumenta a interdependência entre os mercados globais e as economias nacionais, os governos se vêem limitados em sua autonomia de ação e expostos a uma pressão por adaptação à lógica da economia global.

---

<sup>1</sup> Ulrich Beck, escreve a respeito: “ O Estado nacional é um Estado territorial, isto é, seu poder fundamenta-se no vínculo com um determinado lugar (...)A sociedade mundial , que em decorrência da globalização se formou em muitas dimensões (não apenas econômica) , neutraliza e relativiza o Estado Nacional , pois uma multiplicidade de círculos sociais, redes de comunicação , relações de mercado, formas e estilos de vida transpassa as fronteiras territoriais do Estado Nacional “ (Ulrick Beck, O que ‘e globalização ? 1997, p. 18)

Por autonomia de ação entende-se aqui a liberdade de tomar as decisões relativas à política econômica independentemente de influências externas, se é que já tenha existido alguma vez de forma perfeita. Trata-se da intensidade e da modalidade de sua limitação por efeitos dos custos.

Quanto mais fortemente uma economia nacional estiver integrada em mercados globais (por exemplo, através de comércio, créditos ou investimentos), maiores são os custos diretos de uma política de governo que não se oriente pelas expectativas de lucro dos atores econômicos transnacionais. Nesse sentido, são causas decisivas para o surgimento de custos: (1) a (maior) mobilidade, que facilita uma retirada de recursos, e (2) as possibilidades potencialmente globais de alocação, que permitem aos atores dos mercados globais investirem seus recursos no local que oferece as perspectivas de lucro mais atrativas.

Se os mercados globais adquirem mais importância, como é patente desde a década de 70, eles colocam os Estados sob pressão para que orientem mais fortemente sua política pela lógica competitiva da atividade econômica privada através de fronteiras. Segundo (SCHIRM, 1998) podemos resumir os seguintes efeitos dos mercados globais:

- Em primeiro lugar, é provável uma crise da política econômica intervencionista<sup>2</sup> orientada internamente, pois esta não está voltada para as expectativas e mecanismos da atividade econômica global que se tornaram mais relevantes. Além disso, o intervencionismo baseia-se na capacidade do Estado de controlar a economia nacional - uma capacidade que pode diminuir com a desnacionalização da economia.
- Em segundo lugar, é provável uma mudança dos interesses de grupos relevantes na política interna, pois a crescente inserção de setores da economia nos mercados globais enfraquece sua orientação pelo espaço interno nacional e fortalece um direcionamento em função das exigências competitivas da economia transnacional.
- Em terceiro lugar, a desnacionalização da atividade econômica implicada por uma interdependência entre economias nacionais e globais restringe a eficácia dos instrumentos estatais, pois atividades transnacionais podem escapar ao controle do Estado mais facilmente do que atividades puramente nacionais.

---

<sup>2</sup> Exemplos disso são os projetos neokeynesianos que, por exemplo, estimulam a demanda através do Estado e a industrialização para substituição das importações, que fecha o mercado interno de forma protecionista - América Latina nas décadas de 50-80.

Os mercados globais definem-se, portanto, como o processo de crescente interpenetração global de mercados e economias nacionais, impulsionado por interações competitivas dos atores da economia privada, pela crescente mobilidade de fatores e pela diminuição dos custos de transação. A alocação dos fatores de produção ocorre fundamentalmente segundo a lógica do mercado e não da política. Para não deixar uma impressão de simplificação é importante fazermos três ressalvas:

- Com a ênfase na atuação dos mercados globais sobre os Estados, não se pretende sugerir que os Estados não tenham nenhuma influência sobre a economia mundial. Estados e mercados globais influenciam-se mutuamente; sem uma política liberalizante os mercados globais não teriam surgido em sua forma atual.
- O desenvolvimento dos mercados globais, numa perspectiva histórica, não é um fenômeno inteiramente novo. No final do século XIX, por exemplo, já era bastante intensivo o funcionamento de uma rede de produção e de fluxos de capital através de fronteiras. O que é decisivo para a compreensão das tendências de transformação das décadas de 80 e de 90 é em que medida, a partir da década de 70, os volumes e a importância dos mercados globais cresceram em relação às décadas anteriores (de 20 a 60).
- “Global” não implica que as transações econômicas sejam *predominantemente* globais ou transnacionais, mas apenas que aumenta a *parcela* de atividades globais através de fronteiras. Atores que operam globalmente não atuam necessariamente em todos os países do globo, mas suas atividades encontram-se num processo de ampliação global, isto é, de crescente expansão da divisão do trabalho a um número cada vez maior de países. Os mercados globais distinguem-se pelo fato de que *potencialmente* podem abranger qualquer país, caso o respectivo governo ofereça condições atrativas. De fato, os Estados são atingidos pelos mercados globais em medidas muito diferenciadas (a África, por exemplo, quase não possui uma inserção).

A relevância mais acentuada dos mercados globais a partir da década de 70 manifesta-se nos setores da produção, do comércio e do capital – fomentados por redes de comunicação globais, facilidades de transporte e tecnologia mundialmente acessível.



Conceitos como “alianças empresariais estratégicas”, “*joint venture*”, “consórcios”, “*merging*”, “*private global players*” e “*global sourcing*” expressam o fato de que os atores (empresas e bancos transnacionais) e os processos (sistema financeiro mundial, divisão do trabalho) direcionam suas interações privadas cada vez mais para onde, em determinado momento, prevaleçam as condições mais favoráveis para suas atividades.

Mesmo que a produção e a prestação de serviços continue ocorrendo em ampla medida dentro de fronteiras nacionais e preponderantemente para o respectivo mercado interno, a participação da economia interna no PIB de muitos países diminuiu em comparação com a participação dos bens, serviços e operações financeiras que resultam da divisão transnacional do trabalho e são comercializadas mundialmente. Em medida cada vez maior, a produção de mercadorias acabadas ou de componentes é realizada no país com condições mais favoráveis para a respectiva etapa da produção - de acordo com a atratividade dos mercados de vendas e dos fatores de produção, como acesso ao capital, qualificação, custos salariais, tecnologia, impostos, normas, padrão ambiental.

Não só as empresas competem com produtos no mercado mundial, mas também os Estados cada vez mais competem para serem as bases onde os atores que operam de forma transnacional e potencialmente global desenvolvem suas atividades de produção, investimento e desenvolvimento de tecnologia. Aumenta a pressão sobre a política orientada internamente para produzir, através de liberalização, condições favoráveis para a atividade econômica privada orientada globalmente.

O Estado que conseguir oferecer, no mercado mundial das vantagens de localização, o melhor produto, isto é, as melhores condições para a atividade econômica, tendencialmente poderá se beneficiar mais dos fluxos de investimentos, créditos e tecnologias. Em decorrência disso, os Estados podem definir suas medidas de política econômica (e também industrial, social e fiscal) com autonomia cada vez mais restrita - *caso queiram participar da dinâmica de crescimento da economia global.*

Por isso, (SCHIRM, 1998) argumenta que a globalização não resulta numa “diminuição do Estado”, mas sim numa vinculação das decisões internas do Estado às condições dos mercados globais.

Afirma-se que emergiu, ou está no processo de emergir, uma economia verdadeiramente global em que economias nacionais distintas e portanto estratégias domésticas de administração econômica nacional são cada vez mais irrelevantes. (SCHIRM,1998) investe contra esse ponto de vista. A maior parte do comércio continua regional. Por exemplo, os países da União Européia comercializam basicamente entre si mesmos. O nível das exportações da União Européia para o resto do mundo só cresceu marginalmente ao longo das últimas décadas. Embora os EUA tenham se tornado mais abertos, chegando a duplicar suas exportações durante o mesmo período, tais desenvolvimentos estão longe de criar uma “economia plenamente globalizada”. A mudança mais importante é o papel ampliado dos mercados financeiros, que operam cada vez mais em tempo real. Mais de um trilhão de dólares por dia são gerados em transações de câmbio monetário. A proporção das trocas financeiras em relação ao comércio cresceu por um fator de cinco ao longo dos últimos quinze anos. O “capital desconexo” – dinheiro institucionalmente administrado – aumentou em 1.100 % numa escala mundial desde 1970 em proporção com outras formas de capital. A globalização econômica, portanto, é uma realidade. Embora uma parte considerável do comércio permaneça regionalizada, há uma “economia plenamente global” no nível dos mercados financeiros. No sistema financeiro global, são negociadas anualmente importâncias que ultrapassam em cem vezes o valor do comércio internacional de mercadorias.

Esses fluxos financeiros podem influenciar de forma determinante as taxas de câmbio (e, com isso, os fluxos de importação e exportação), as taxas de juros nacionais e as taxas de inflação - e, portanto, também a capacidade dos governos de controlar o bem-estar e o crescimento. Assim, os mercados globais também podem causar uma diminuição da eficiência dos instrumentos estatais para o controle da economia interna.

Resumindo, podemos dizer que os mercados globais expõem os Estados a uma concorrência mais forte por condições favoráveis de produção e investimento e, com isso, aumentam a pressão sobre os governos para que sigam a lógica dos mercados globais e ofereçam condições mais atrativas para os atores que operam globalmente através de reformas na economia de mercado. Para uma melhor afirmação ou legitimação política interna de tais reformas e para a potencialização da competitividade nos mercados globais, torna-se atrativa a cooperação econômica regional de cunho liberal. Essa causalidade contribuiu de forma decisiva para os novos acordos regionais, como o projeto do mercado interno da CE em 1992, o NAFTA e o Mercosul.

Segundo (VIEIRA, 1997) os agentes mais dinâmicos da globalização não são os governos que formaram mercados comuns em busca da integração econômica, mas os conglomerados e empresas transnacionais que dominam a maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais.

O mercado tornou-se a matriz estruturadora da vida social e política da humanidade, sobrepondo-se às fronteiras nacionais. *As "virtudes" do mercado são recuperadas como valor universal, e não mais como identidade nacional.* Quem comanda a economia global é cada vez mais o mercado financeiro. Em última análise, são as grandes corporações, e não os governos, que decidem sobre o câmbio, taxa de juros, rendimento da poupança, dos investimentos, preço das *commodities*, etc. (VIEIRA, 1997).

A crescente transnacionalização da economia não só reorienta como reduz a capacidade decisória do governo nacional, em praticamente todos os setores da economia (IANNI, 1999). Também no campo dos transportes, habitação, saúde, educação, e meio ambiente, cresceram muito as "sugestões" (para não falar imposições) de organizações multilaterais, dentre as quais destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Mundial. Cabe ressaltar que muitas vezes (talvez na maioria das vezes), as diretrizes dessas organizações articulam-se com os interesses das corporações transnacionais ou dos países dominantes no âmbito do capitalismo.

Enfim, o Estado tende a perder uma de suas principais prerrogativas: o controle das políticas econômicas e do espaço econômico nacional, que, a rigor, tende a se dissolver em uma economia mais ampla. Contudo, continua tendo uma atuação importante na criação de "vantagens comparativas" como parceiro das grandes empresas e na sustentação do mercado financeiro. Observa-se uma mudança na natureza do gasto público. Verifica-se uma tendência à redução dos gastos sociais em nome do combate ao déficit público e à inflação, ao mesmo tempo em que ocorre uma explosão da dívida pública relacionada, em grande medida, à sustentação e especulação financeira. Enquanto isso, os "neoliberais, passando por cima da realidade, continuam recitando as suas receitas de redução de gastos e direitos sociais e de redução da intervenção do Estado na economia, através das *privatizações* e da desregulamentação, como forma de se chegar à auto-regulação da economia e da sociedade pelos mercados (CORSI, 1997).

Com a desregulamentação dos mercados e a tendência de acentuar-se cada vez mais as imperfeições e ineficiência dos mercados, o que se observa é uma situação em que, nas palavras de (CHESNAIS, 1996:297): " *a mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está 'liberando' o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o 'contrato social'...*"

A desregulamentação dos mercados e a privatização têm sido apresentadas como a panacéia do desenvolvimento. As conseqüências sociais são graves: aumento do desemprego, queda dos níveis salariais, aumento da pobreza e da concentração de renda, conflitos sociais, degradação dos serviços públicos, deterioração da qualidade de vida, destruição ambiental.

As novas forças que operam na atual ordem mundial, dominada pela economia capitalista de cunho neoliberal, reduzem os espaços do Estado-Nação, obrigando à reformulação dos projetos nacionais (VIEIRA, 1997).

## **1.2 - Consenso de Washington e o “ Pensamento Único”**

O “ Consenso de Washington “ foi apenas uma expressão cunhada e publicada em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson para referir-se a um conjunto de idéias e políticas econômicas defendidas unanimemente pelas principais burocracias econômicas norte-americanas e pelos organismos multinacionais sediados em Washington. Um consenso construído durante a década de 1980 e que condensava e traduzia as idéias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um “pacote terapêutico” para as crises econômicas da periferia capitalista.

É neste capítulo que se inscreviam as principais reformas estruturais , ou institucionais , que acabaram sendo implementadas na década de 1990 e que se propunham :

- a desregulação dos mercados financeiro e do trabalho;
- a privatização das empresas e dos serviços públicos;
- a abertura comercial;
- e a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e de novos serviços.

E para fechar o pacote, a célebre frase da Sra. Thatcher : “ there is no alternative” .

Estes pontos que Jonh Williamson identificou em seu ensaio sintetizam, na verdade, as “condicionantes” que os organismos multinacionais e o sistema bancário já vinham impondo como condição para a renegociação das dívidas externas e a readmissão da América Latina no sistema financeiro internacional. Mas o “consenso de Washington “era mais ambicioso: considerava-se uma nova estratégia global de desenvolvimento para os países atrasados e supunha que depois da estabilização e das reformas, ocorreria inevitavelmente uma retomada dos investimentos e do crescimento econômico, liderado pelo capital privado. Bastaria desfazer-se do estatismo, e deixar que operassem livremente o comércio e os preços, para que se seguisse um desenvolvimento sustentado e para que as desigualdades sociais e nacionais fossem sendo reduzidas espontaneamente !

Este projeto; entretanto, durou pouco porque supunha, em última instância, que as reformas liberais somadas a uma política macroeconômica ortodoxa seriam condições suficientes para manter a entrada abundante e constante do investimento direto estrangeiro , que deveria ser o verdadeiro carro-chefe do “novo modelo “de crescimento. A crise argentina de 1990 foi o primeiro anúncio da fragilidade do modelo. Logo depois vieram a crise mexicana de 1994 e a crise brasileira de 1998, que obrigou os EUA a mobilizarem um empréstimo de 48 bilhões de dólares para salvar o Brasil da insolvência, no momento em que ruía o seu Plano Real. Mas foi sobretudo o retumbante fracasso do mesmo modelo, responsável pela destruição econômica e social da Rússia , que acabou desacreditando o Consenso de Washington e obrigando seu establishment a repensar sua estratégia. Começava a nascer o que chamaremos a seguir de “Pós-Consenso de Washington”.

O “ Pensamento Único” foi uma expressão cunhada por Ignácio Ramonet <sup>3</sup> em 1995 : *“Nas atuais democracias, um número cada vez maior de cidadãos livres se sentem envolvidos, presos, numa espécie de viscosa doutrina que, invisivelmente encobre todo o raciocínio rebelde; inibe-o; perturba-o; paralisa-o e acaba por sufocá-lo. Essa doutrina é o pensamento único”.*

---

<sup>3</sup> Uma das raras expressões que alcançaram sucesso editorial e publicitário na última década foi cunhada pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique* , num artigo publicado em janeiro de 1995 e assinado por Ignácio Ramonet, Diretor geral do Diplô.

E provável que nenhuma idéia tenha alcançado até hoje uma hegemonia tão extensa, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim e da derrota do mundo socialista. O novo liberalismo ou o “ pensamento único” foi além, não apenas do ponto de vista territorial e sociológico, mas sobretudo porque conseguiu se transformar num “ *mix de projeto político-econômico de curto prazo e utopia histórica de longo prazo. E, o que é mais surpreendente, uma utopia difundida igualmente , nos anos 90, entre os países ricos e pobres.*” (FIORI, 2001).

No seu mais recente livro, (FIORI, 2001:17) , explica a expansão no final do século XX, de um “ pensamento único” , cujas bases datam do século XVIII:

*“Para compreender a força das novas idéias é preciso distinguir claramente, entre duas etapas de sua vitoriosa trajetória. Na primeira, a nova crença econômico liberal serviu como arma ideológica que conduziria Thatcher , Reagan e as “ altas finanças” ao comando político-econômico do mundo anglo-saxão. Depois da vitória liberal-conservadora e do início das políticas desregulacionistas dos governos norte-americano e inglês, o próprio processo de globalização financeira foi forçando – num segundo momento – os países mais fracos a um ajustamento econômico, que colocou seus governos sob controle dos mercados financeiros, Nesta etapa e que as idéias neoliberais se universalizaram e se transformaram num verdadeiro “ pensamento único” , ao conquistarem espaços midiáticos e intelectuais dos países que foram se submetendo `as novas regras impostas pelo eixo anglo-saxão. Transformou-se, com rapidez, num consenso e numa política extremamente vantajosa para as elites cosmopolitas e internacionalizadas dos países que se integraram, de forma subordinada, `a nova ordem econômica mundial, desregulada, financeirizada e liderada pelos anglo-saxões. Do ponto de vista dos desfavorecidos ou excluídos pela globalização, como no caso da maior parte da população dos países do ex-mundo socialistas, e toda a América Latina, transformou-se na explicação oficial da rendição pura e simples de seus governantes” .*

Hoje já é possível fazer um balanço das conseqüências provocadas pela forma como a América latina foi incorporada ao novo espaço mundial das finanças privadas e desreguladas. A média de crescimento de todo o continente, para o decênio liberal,

ficou em menos de 3%, quando havia sido de 5,5% anuais durante os trinta anos de “populismo econômico desenvolvimentista”. No caso brasileiro estas cifras são ainda mais contrastantes, porque a média anual de crescimento, entre 1945 e 1980, ficou entre 7 e 8 %, e a taxa da década neoliberal ficou em torno de 3%, menos do que a década de 80, chamada de “década perdida”. E, o que é mais doloroso, dezoito anos após o desencadeamento da crise da dívida externa de 1982, a região continua com índices de pobreza e indigência vários pontos percentuais acima dos prevaletentes no início dos anos 80. No Brasil, o emprego declinou, em média 0,3% ao ano, e o desemprego saltou de 5,6% para 7,2%. Em síntese, todos os dados apontam na mesma direção: baixo crescimento econômico e aprofundamento das desigualdades, dentro de cada país, e entre a América Latina, como um todo, e o mundo desenvolvido. Do ponto de vista estrutural, a nova estratégia econômica criou, também, desajustes de longo prazo dentro do sistema produtivo. A abertura comercial, somada à desnacionalização e a desmontagem de elos importantes da cadeia industrial, produziu uma nova configuração produtiva, altamente dependente das importações. Como consequência, aumentou a dependência das economias nacionais com relação à importação de bens de capital e produtos de maior densidade tecnológica.

Em setembro de 2001, A UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – divulgava o “Relatório Mundial de Investimentos 2001”, relativos aos fluxos de investimentos diretos externos (IDE) que destacava a limitada integração das multinacionais ao resto das economias locais. A conclusão era de que a propensão das multinacionais em recorrer a fontes locais de fornecimento é freqüentemente mais baixa do que as empresas cujo capital é de origem doméstica. “Tem aumentado nos países hóspedes, a preocupação com a limitada integração das multinacionais ao resto da economia local” observava o relatório da UNCTAD.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Síntese do relatório citado por Kupfer, José Paulo em *Globalização sem Integração*, 19 de setembro de 2001, página A-3, Gazeta Mercantil.

### **1.3 - Globalização, Neoliberalismo e Exclusão Social**

Neste final de século dois temas têm ocupado posições de destaque nas agendas nacionais e internacionais, a saber, globalização econômica e exclusão social. O grande peso específico destes dois temas pode ser constatado nas agendas políticas tanto dos países em desenvolvimento como dos países desenvolvidos.

Deve-se notar que os fatos mostram que, contrariamente à sabedoria convencional, o capitalismo mundial vem perdendo dinamismo conforme a evidência de taxas modestas de crescimento econômico nos países desenvolvidos, desaceleração do crescimento da renda e da produtividade, incapacidade de geração de emprego para os fatores de produção (com destaque para o trabalho) e inchamento do lado financeiro em detrimento do lado real da economia mundial (UNCTAD, 1997).

Cabe ressaltar que os problemas que afetam a humanidade e o planeta atravessam as fronteiras e tornam-se globais como o processo de globalização que se acelera no século XX. Questões como produção, comércio, capital financeiro, migrações, pobreza, danos ambientais, desemprego, informatização, telecomunicações, enfim, as grandes questões econômicas, sociais, ecológicas e políticas deixaram de ser apenas nacionais, tornaram-se transnacionais.

A globalização, com sua ideologia neoliberal, tem apenas acentuado as escalas de desigualdade, pois esta não pode ser retida pelo mercado, muito pelo contrário. Os mercados são, por sua vez, criadores naturais da desigualdade. E a tensão, entre os espaços da desigualdade e da igualdade era resolvida pelo Estado, como espaço e gestão dos interesses comuns ou da introdução da racionalidade no espaço irracional da economia capitalista. Com a reduzida margem de ação do Estado, a lógica do mercado não apenas torna-se hegemônica como também invade espaços sociais que antes não lhe eram afetos .

A redução de gastos e direitos sociais e a redução da intervenção do Estado na economia, através das privatizações e da desregulamentação dos mercados, têm sido apresentadas como forma de se chegar à auto-regulação da economia e da sociedade pelos mercados. As conseqüências sociais são graves: aumento do desemprego, queda dos níveis salariais, aumento da pobreza e da concentração de renda, conflitos sociais,



degradação dos serviços públicos, deterioração da qualidade de vida, destruição ambiental.

Habitando a Terra, existe uma população mundial de cerca de 6 bilhões de pessoas; 1,2 bilhão vivendo em condições de pobreza absoluta, conforme constata o último Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU. Já os que se situam acima da linha da pobreza, colaboram para alimentar taxas de consumo que vêm crescendo significativamente ao longo das últimas décadas, tendo dobrado de 1975 para 1998 e crescido seis vezes se comparadas a 1950. Se o crescimento do consumo e sua diversidade aumentam num ritmo vertiginoso, o mesmo não pode ser observado em relação à sua distribuição. Enquanto 20% dos habitantes dos países mais ricos são responsáveis por 86% do total do consumo mundial, os 20% dos mais pobres consomem 1,3% deste total. Se não bastasse o desequilíbrio dessa distribuição, é preciso lembrar que o padrão de consumo dominante insiste em considerar os recursos naturais como infinitos, o que leva ao esgotamento de muitos deles, por exemplo, água e solo, e à insustentabilidade desse tipo de relação com a natureza.

Diante desse cenário, parece ser complexo apontar as possibilidades e limites de cidadania, já que o "mercado mundial" conduziu a economia global a uma encruzilhada: o processo de reestruturação econômica levou o mundo em desenvolvimento à fome, e grandes parcelas da população ao empobrecimento. A nova ordem mundial parece nutrir-se de exclusão social, *privatizações* e da desregulamentação ainda maior dos mercados.

Apesar de tudo de positivo que a modernidade nos trouxe, a sociedade agora em crise, se deu conta das conseqüências negativas da racionalidade "segundo o fim": basicamente, a perda do sentido da ação humana, um *hall* extenso de problemas sociais gerados pela economia de mercado, a alienação e banalização do indivíduo, a atitude fragmentada e a conseqüente perda da visão de globalidade das coisas.

Não há então porque nos furtarmos à aventura de revermos nossos pontos de vista tradicionais a respeito de nós mesmos e do que fazemos uns aos outros, até porque, neste tempo de globalização, em que fica evidente o quanto nos afetamos, isto se tornou um imperativo urgente!

Azaziel (1992) escreve : “o processo de globalização se constitui numa rede de interdependência entre aspectos econômicos e não-econômicos, influenciando-se mutuamente: as fronteiras jurídico-políticas se tornaram problemáticas socialmente, seja por causa dos conflitos étnicos que se tornam guerras transnacionais mas afetam países vizinhos com a emigração e concorrência nos mercados de trabalho, seja por causa da crise de endividamento de um país que pode afetar parte do sistema financeiro internacional. As fronteiras geopolíticas também, perdem importância diante da interação dos ecossistemas e as consequências que seus desequilíbrios podem causar para além dos limites de cada país (com fenômenos de escala planetária como o efeito estufa e a depleção da camada de ozônio na atmosfera). [...] Estas condições trouxeram a necessidade de revisar este paradigma dominante, que separa a sociedade da natureza, e compreender que os fenômenos ditos apenas naturais já são analisados como condicionados socialmente, e os fenômenos ditos apenas sociais revelam imediatamente suas consequências naturais intra e inter-espécies, como por exemplo, a radiação emitida por armas nucleares, o despejo de produtos não biodegradáveis em nossos rios consequentemente poluindo-os, a própria expansão urbana e especulação imobiliária entrando em ambientes antes não tão invadidos, causando desequilíbrio, além de inúmeros outros exemplos que presenciamos diariamente na nossa sociedade. [...] Os problemas vão do social ao natural e retornam ao social, como se pode ver através do roteiro de exemplos citados. Nossa relação com o planeta é uma relação da parte com o todo . A intensificação do ritmo da atividade produtiva por parte da nossa espécie traz, proporcionalmente, impactos muito maiores no conjunto da natureza, no qual nós também nos incluímos. “

#### **1.4 - Pós Consenso : Um Novo Horizonte.**

Na segunda metade da década de 1990, o fracasso das políticas recomendadas pelo Consenso de Washington era cada vez mais evidente. Isto podia ser visto, sobretudo, na trajetória destrutiva do ex-países comunistas e na crescente “dualização social” das economias dos demais países submetidos ao Consenso e que entraram numa rota de baixo crescimento, entrecortado por crises, recessões e ajustes fiscais cada vez mais perversos. Este fatos acabaram repercutindo no “establishment multilateral” de Washington e provocaram um movimento de autocrítica interna do Consenso original. O próprio economista John Williamson, que cunhou o verbete, publicou em 1996 um artigo intitulado “The Washington Consensus Revisited”. Mas foi Joseph Stiglitz quem sistematizou a crítica e deu autoridade ao sentimento de insatisfação – como economista-chefe do banco Mundial – no seu artigo “Post-Washington Consensus”, publicado em 1997.

A nova posição, representada pelo Banco Mundial, não está em desacordo com os objetivos gerais do Consenso. O que ela não aceita e critica é a convicção de que os “mecanismos de mercado”, possam resolver, automaticamente, os problemas do crescimento econômico e da distribuição eqüitativa da riqueza. Mas critica também a forma descontrolada e selvagem dos processos de privatização, que acabaram substituindo o Estado por novos monopólios privados.

As palavras-chave do “novo consenso” deveriam ser, segundo Stiglitz: sustentabilidade, democracia e eqüidade. E a nova estratégia deveria começar por uma redefinição completa do papel do Estado e dos governos como agentes reguladores e co-responsáveis pelo provimento de infra-estrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial. Stiglitz descarta a possibilidade de um crescimento sustentado sem eqüidade social e, como conseqüência, rejeita a tese de que o desenvolvimento implique um aumento inicial e necessário de desigualdades sociais, que seriam revertidas, no longo prazo, por um processo de redistribuição. Por isso, seu “novo consenso”, não se propõe apenas reduzir ou diminuir a pobreza: propõe sua eliminação. Por fim, para Stiglitz, a democracia é essencial ao “desenvolvimento sustentado”, mas não pode se restringir à realização periódica de eleições, devendo ser ampliada de forma a aumentar a participação ativa da população em todos os níveis de decisão, incluindo as empresas, onde os trabalhadores deveriam participar das decisões

com relação aos níveis salariais, à segurança , à saúde do trabalhador e à estabilidade dos empregos.

Em tudo isso há uma mudança radical com relação ao Consenso de Washington. Mas Joseph Stiglitz também acredita nos benefícios universais da capitalismo globalizado. O que ele questiona é que possam ser alcançados pela ação exclusiva dos mercados e das empresas privadas, e por isso defende uma intervenção estratégica dos Estados em países em desenvolvimento.

O ponto fraco da nova proposta, entretanto, é que reconhece e sublinha a importância negativa das desigualdades internas de cada país, mas não discute nem enfrenta o problema da desigualdade crescente da riqueza e poder dos Estados. Stiglitz diagnostica, corretamente , a natureza perversa das conseqüências econômicas e sociais das políticas recomendadas pelo Consenso de Washington, e reconhece, inclusive, seus efeitos antidemocráticos. Mas negligencia o papel da distribuição desigual do poder e da concentração internacional do capital no bloqueio do crescimento e na fragilização das democracias dos países mais atrasados e dependentes da instabilidade financeira global. Stiglitz foi afastado em 1999 da sua função de economista-chefe do Banco Mundial. Uma vitória momentânea dos homens e idéias do “velho consenso “ .

Lembramos que um ano antes, em 1998, recebia o Prêmio Nobel de Economia, o primeiro representante de um país do Terceiro Mundo, o indiano Amartya Sen, ícone da teoria do bem-estar social e responsável pelas mudanças que tornaram o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU (IDH) mais próximo da realidade socio-econômica das nações. Em novembro de 1999, os principais chefes de Governo do mundo reunidos em Florença, na Itália, debatiam sobre a Terceira Via<sup>5</sup> – a busca de um modelo alternativo ao neoliberalismo e ao socialismo clássico.

---

<sup>5</sup> Ver Giddens, Anthony. *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

Fernando Henrique Cardoso defendeu a adoção de um mecanismo de controle do fluxo de capitais internacionais, à moda da chamada Taxa Tobin<sup>6</sup>; ele concordou que os problemas dos países emergentes são em parte domésticos, mas ressaltou as dificuldades de ficarem à mercê da livre movimentação de fluxos de capitais especulativos e defendeu o direito de controlar os movimentos de capital cujos fluxos e refluxos brutais - a exemplo do que ocorreu na Ásia em 1997, e a decretação da moratória russa e posterior desvalorização do rublo em 1998 - possam desorganizar as economias reais e lançar populações ao desespero. Obviamente, a proposta provocou duras reações, principalmente de Bill Clinton e Tony Blair, com o argumento que poderia comprometer o dinamismo da economia global.

O que assistimos nos últimos anos da década de 90 até os dias de hoje, é um grande movimento de mobilização social diante das injustiças, desigualdades e desastres provocados, em toda a parte, pelos excessos do neoliberalismo. O que os governos, agindo de forma desordenada, não podem ou não querem fazer, a mobilização dos povos está começando a realizar. As mesmas tecnologias do imaterial que possibilitaram a globalização do capital permitem agora uma ação coordenada permanente e a mobilização dos movimentos de cidadania no mundo. Refiro-me às vozes cada vez mais organizadas dos protestos anti-globalização.

Em janeiro de 2001, foi realizado em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial, precisamente no momento em que se realiza em Davos, na Suíça, o Fórum Econômico Mundial, que há várias décadas, reúne os senhores do mundo - e em especial os que pilotam de forma concreta a globalização. Que levam muito a sério as inquietações e manifestações de cidadãos que, de Seattle a Nice, passando por Praga, Gênova, Porto Alegre e Quebec passaram a realizar-se sistematicamente, sempre por ocasião das reuniões de cúpula das grandes instituições que governam, de fato, o mundo: Organização Mundial do Comércio- OMC, Fundo Monetário Internacional- FMI, Banco Mundial - BIRD, Organização de

---

<sup>6</sup> Taxa proposta pelo economista americano James Tobin (Prêmio Nobel de Economia de 1972), de taxar em 0,1% as transações financeiras internacionais. Desde dezembro de 1997, na França, suscitou grande impacto um editorial do *Le Monde Diplomatique* alertando para o fato de que a globalização do capital financeiro estava submetendo os povos a um estado de insegurança generalizada. A discussão levou à conclusão de que para enfrentar esta ameaça, os povos deveriam tornar o desarmamento do poder financeiro, o seu maior objetivo cívico. Surgia o ATTAC -Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, um movimento internacional de entidades, cidadãos, cidadãos comprometidos em se articular livre e democraticamente em ações concretas contra a ditadura do capital financeiro, visando retomar as decisões sobre os nossos destinos. Participam do seu conselho, nomes importantes do pensamento crítico: Ignacio Ramonet, René Passet e François Chesneax.

Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE, Grupo do G7, e a própria União Européia, vide manifestações recentes (março de 2002) em Barcelona.

No ano de 1999, os acontecimentos de Seattle já haviam impressionado profundamente os poderosos senhores reunidos em Davos<sup>7</sup>. A vedete do Fórum Econômico Mundial no ano 2000, foi indiscutivelmente, Seattle. Conscientes do déficit democrático que acompanha a globalização, outros defensores do modelo dominante não hesitam em reivindicar que se faça "uma reflexão séria para modificar, num sentido mais democrático, as normas e processos de funcionamento da globalização".<sup>8</sup> E o próprio Alan Greenspan, presidente do Banco Central norte-americano, Federal Reserve, chegou a afirmar: "*As sociedades não podem ser bem-sucedidas quando setores significativos entendem o seu funcionamento como injusto.*"<sup>9</sup>

Vindos dos quatro cantos do mundo, esses "setores significativos" que se opõem à atual barbárie econômica e se recusam a aceitar o neoliberalismo como "horizonte insuperável", lançaram uma iniciativa que não pode deixar de ser qualificada como revolucionária, as bases de um verdadeiro contra-poder em Porto Alegre: 1º Fórum Social Mundial de 2001. Os primeiros sinais concretos de que as manifestações anti-globalização começaram a surtir efeito prático foram sentidos no Fórum Econômico Mundial de 2002 (pela primeira vez realizado em Nova York em solidariedade aos atentados de 11 de setembro de 2001) onde os líderes se mostraram dispostos a compreender o crescimento da insatisfação e entender os motivos do descontentamento da pessoas. Pela primeira vez no Fórum foi discutido que as decisões e os resultados das atividades das empresas alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas e na pesquisa<sup>10</sup> realizada durante o evento com 1.161 executivos-chefes de corporações da Europa, Ásia, e Américas 68% deles concordou que a "responsabilidade social das empresas" é vital para a lucratividade de todas elas. A emergência deste "movimento" será analisado no terceiro capítulo.

---

<sup>7</sup> Ler o editorial, "L'Aurore", *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 2000 de Ignacio Ramonet.

<sup>8</sup> NYE, Joseph , "Take Globalization Protests Seriously", *International Herald Tribune*, 25 de novembro de 2000.

<sup>9</sup> VIDAL, Armando. *Humanizar a Economia*, 10 de fevereiro de 2000, página C2, Gazeta Mercantil.

<sup>10</sup> PASSOS, José Meirelles. *Líderes querem compreender crescimento da insatisfação*. 1º de fevereiro de 2002, pag. 05, Caderno ESPECIAL, O GLOBO.

### 2.1 - Globalização Comunicacional

Por questões didáticas, este ponto que trata de globalização comunicacional está no 2º capítulo, pois dá aos demais assuntos que são abordados um encadeamento lógico.

Se atentarmos para as características da globalização em relação à informação e à comunicação, observaremos, que a emergência de conglomerados internacionais de multimídia é chave para a difusão da informação e que as novas tecnologias da informação, desde os satélites ao cabo, da microeletrônica à digitalização, têm um impacto social de efeitos até agora impossíveis de prognosticar em toda sua magnitude. Isso é consenso entre os teóricos da comunicação e da semiótica.

Reveladora é a afirmação de (VILCHES,1997) para quem além da febril agitação em direção à otimização do tecido industrial através de sucessivas fusões, alianças e formação de novos conglomerados internacionais de empresas multimídias, fica claro que há uma importante mudança de cenário, no qual a tecnologia e o *hardware* abrem espaço a um novo poder estratégico: o dos conteúdos.

Todo fenômeno de largo alcance como a globalização gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno.

*“os materiais de uma ideologia são a linguagem e seus recortes práticos, denominados “discursos”. Quase sempre se achou que a linguagem refletia uma realidade e que os discursos organizavam os “reflexos”, com vistas à comunicação, à compreensibilidade. Hoje, todavia, fica bastante claro que a linguagem cria, mais do que reflete, a realidade.”, (SODRÉ, 1997:116).*

Quando um grupo hegemônico obtém da sociedade a aceitação de uma ideologia, está obtendo aval semântico para seus pontos de vista, visões de mundo, articulações de

senso comum e representações sociais guiados por um sentido determinado. O sentido implica um caminho simbólico, uma direção cultural, que se pretende comum a todos, universal e verdadeira.

De acordo com (SODRÉ, 1997) a idéia unificadora dos dispositivos liberais é a palavra “mercado”; o paradigma voltado para a estruturação das formas de elaboração da nossa realidade cujos critérios são o lucro e a competitividade, surgindo daí, aos poucos, uma visão de mundo comprometida com a supremacia da instância econômica sobre a dimensão política. O paradigma do mercado justifica todos os “porquês”. Entende-se porque é preciso integrar em todas as dimensões os centros mundiais de decisão financeira, desonerar os mercados financeiros nacionais e os mercados de trabalhos; entende-se o porquê acelerar a circulação instantânea, via modernas tecnologias de comunicação, dos capitais, acelerar as informações.

Corroborando esta idéia, (IANNI, 1995) diz que a mídia se converte em uma espécie nova, surpreendente, e eficaz de intelectual orgânico dos blocos do poder que se articulam em escala global. O que já ocorre largamente em âmbito nacional passa a ocorrer em âmbito mundial. Da mesma forma que a mídia se globaliza, junto com a economia e a política, a indústria cultural e os meios de comunicação, a eletrônica e a informática, nessa mesma escala globalizam interesses, objetivos, ideologias e visões de mundo daqueles que detêm meios políticos, econômicos, sociais e culturais de mando e desmando em escala global. Essa financeirização veloz e, ressalta-se, instável da riqueza, que desterritorializa espaços e mercados nacionais em favor do espaço e mercado mundiais, sob o controle de empresas multinacionais, é a face verdadeira da presente globalização.<sup>11</sup>

A lógica do mercado, do livre-mercado, funciona como um suposto absoluto, como um novo fundamentalismo. Aí, as variáveis culturais ou simbólicas são vistas como secundárias ou complementares, já que o empobrecimento e a desigualdade econômica se explicariam por critérios exclusivamente quantitativos de performance.

---

<sup>11</sup> Devido, especialmente, à revolução nas tecnologias de informação e comunicação, faz-se necessário novas abordagens relativas ao tempo e espaço. No âmbito da sociedade global descortinam-se outras possibilidades de realização e imaginação dos ritmos e ciclos da vida social. Alteram-se profundamente as regularidades e recorrências da história. Ver David, Harvey. Condição Pós-Moderna, Ed. Loyola, São Paulo, 1992.



O crescimento através das desigualdade pode provocar um aumento de renda per capita e ainda assim, resultar no contradesevolvimento quando visto sob o ângulo da distribuição de renda, do acesso a recursos, da satisfação de necessidades básicas, e acima de tudo, da privação do direito ao trabalho - que não é apenas uma forma de garantir a sobrevivência, mas também um elemento fundamental para a integração social e para a dignidade humana.

Nada disso aparece no discurso das elites neoliberais, que escudadas na abstração universalista do cálculo econômico, dissolvem os aspectos reais e plurais das comunidades humanas na utopia da sociedade de mercado (SODRÉ, 1997).

A simplificação do *homo economicus* em bases mercadológicas, feitas por Adam Smith, era muito artificial. A histórica tem mostrado exaustivamente que a economia humana, como um todo, está imersa em suas relações sociais. A ontologia do *homo economicus*, teoricamente problemática e socialmente anti-humana, seria o sintoma filosófico da barbárie moderna !

As novas maneiras de articulação em redes, o agir no campo simbólico e o uso da informação via as modernas ferramentas da comunicação, entretanto; possibilitam que os novos agentes da sociedade civil façam chegar lentamente como contraponto suas reivindicações e pouco a pouco irem construindo um novo discurso. É o que veremos no item 2.3.

## 2.2 - Modernização Reflexiva e suas características

### Incerteza Artificial e os riscos

O mundo em que vivemos hoje não está sujeito ao rígido controle humano. Quase ao contrário, é um mundo de perturbação e incerteza, um “mundo descontrolado”. Segundo (GIDDENS, 1996) vivemos num mundo de *incerteza artificial*, onde o risco difere muitos dos períodos anteriores no desenvolvimento das instituições modernas. Agora são *riscos de grande conseqüência* – os perigos que representam afetam potencialmente a todos, ou a um grande número de pessoas, sobre o planeta. Interessante e perturbador é a origem de seu contraste. A incerteza artificial refere-se aos riscos criados pelos próprios desenvolvimentos inspirados pelo Iluminismo – a nossa intromissão consciente em nossa própria história e nossas intervenções na natureza.

Os riscos de grande conseqüência com os quais nos defrontamos atualmente, são de origem social. Os riscos associados ao aquecimento global, poluição e desertificação em grande escala, *crash* da economia global, superpopulação, “tecnoepidemias”, as armas de destruição maciça, o desenvolvimento da pobreza em grande escala, possibilidade de repressão à direitos democráticos (depois do 11 de setembro), etc. As incertezas inerentes aos riscos de alta conseqüência são talvez especialmente preocupantes, porque quase não temos meios de testá-las.

Neste contexto, a mídia satura-nos com notícias relacionadas à situações de risco, que representam signos da nossa época, e dizem respeito a um novo tipo de sociedade, a “sociedade de risco” (BECK, 1992); uma sociedade que não está segura, pois desconhece as reais conseqüências destes males globais, e na qual vivemos em um estado permanente de incerteza.

Um recuo em relação às ambições do Iluminismo é certamente necessário. Aos riscos criados pelo ganância do homem orientada pela máxima racionalidade do mercado, diz (PASSET, 2002): *“O que recusamos, e de forma radical, é que a realidade econômica se reduza à lógica da racionalidade individual mercantil. É preciso opor aos princípios de uma economia baseada na rentabilidade do capital financeiro critérios baseados nas exigências da finalidade humana. A ação política deve ter o objetivo de recolocar a*

*economia em seu lugar, a serviço da comunidade humana, onde encontra seu sentido e sua dignidade.”*

## **Sociedade Pós-Tradicional e o Novo Individualismo**

A sociedade e todos os seus atores (política, empresas, etc.) tem de se acomodar à crescente importância do individualismo e à diversidade dos estilos de vida. Este novo individualismo não é o mesmo do indivíduo interesseiro retratado na teoria econômica liberal, e portanto a ser cerceado por coibições. Afinal de contas, foi para contestar precisamente esse ‘indivíduo autônomo’ que o socialismo se desenvolveu. Vários problemas e desafios têm de ser enfrentados. Que é exatamente o novo individualismo? Como ele se relaciona com o papel ampliado agora desempenhado pelos mercados? Estamos testemunhados a ascensão de uma geração do “eu”, que resultará numa sociedade do “primeiro eu”, que inevitavelmente destruirá valores comuns e preocupações públicas?

Pesquisas realizadas em diferentes países sugere que todo o debate precisa ser reformulado. A geração “eu” é uma descrição enganosa do novo individualismo, que não assinala um processo de decadência moral. Muito ao contrário, os levantamentos mostram que as gerações mais jovens hoje estão sensibilizadas para uma gama mais ampla de inquietações morais do que as gerações anteriores. No entanto, elas não relacionam esses valores com a tradição, nem aceitam a legislação sobre questões de estilo de vida por formas tradicionais de autoridade.

Como (GIDDENS,1997) observa, o novo individualismo :

*“Não é thatcherismo, nem individualismo de mercado, nem atomização. Ao contrário, ele significa “individualismo institucionalizado”. A maior parte dos direitos e garantias do welfare state, por exemplo, é atribuída a indivíduos e não a famílias. Em muitos casos eles pressupõem o emprego. O emprego por sua vez implica educação e ambos pressupõem mobilidade. Por meio de todas essas exigências as pessoas são convidadas a se constituir como indivíduos: planejar-se, compreender-se, projetar-se a si mesmas como indivíduos.”*

O novo individualismo, em suma, está associado ao afastamento da tradição e do costume de nossas vidas, um fenômeno relacionado mais com o impacto da globalização num sentido amplo do que com a mera influência de mercados. Em vez de ver nossa

época como marcada pela decadência moral, portanto, faz sentido vê-la com uma época de transição moral. Se o individualismo institucional não é sinônimo de interesse pessoal, ele representa uma ameaça menor para a solidariedade social, mas implica que devemos buscar meios para produzir essa solidariedade. A coesão social não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo do Estado ou pelo apelo à tradição. Temos de moldar nossas vidas de uma maneira mais ativa do que o fizeram gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas conseqüências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos. Temos de encontrar um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas hoje.

A reflexividade social é condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional. As decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições de ação de cada um. Segundo (GIDDENS,1996) “reflexividade” refere-se ao uso de informações sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é. As influências globalizadoras tendem a esvaziar os contextos locais de ação, que têm de ser reflexivamente reordenados por aqueles que foram afetados – embora esses reordenamentos, por sua vez, também afetem a globalização. Portanto, as principais mudanças ocorrem na própria vida cotidiana, afetando até mesmo a constituição de nossas identidades sociais. O *self* torna-se um projeto reflexivo e, cada vez mais, isso também se dá com o corpo.<sup>12</sup>

(GIDDENS, 1996: 15) : *“Em uma ordem pós-tradicional, os indivíduos têm, mais ou menos, que se engajar com o mundo em termos mais amplos se quiserem sobreviver nele.”*

A “modernização reflexiva” é uma combinação de reflexos e reflexões e coloca a modernidade industrial no caminho da autocrítica e da auto-transformação. Para BECK, “reflexo” é o componente estrutural da modernização reflexiva e significa que os riscos gerados pela modernização e pela sociedade industrial levam ao questionamento das instituições centrais da sociedade. A “reflexão” é o componente mais centrado no ator e significa a “libertação” dos atores em relação às classes sociais e outras categorias socioestruturais, a conseqüente construção de novas identidades e a formação de novos movimentos em torno dessas novas identidades e preocupações sobre os riscos. Assim, a nova fase do processo de modernização é reflexiva, pois os efeitos colaterais da

---

<sup>12</sup> O psiquiatra Jurandir Freire Costa tem muito a dizer sobre este assunto.

modernização, especialmente na sua forma globalizada, tornam-se o centro do desenvolvimento social.

Fica evidente, que este novo individualismo segue de mãos dadas por pressões por maior democratização. Todos nós temos de viver de uma maneira mais aberta e reflexiva que gerações anteriores. Essa mudança não é em absoluto apenas benéfica: novos temores e ansiedades passam a ocupar o primeiro plano. Mas muitas possibilidades positivas adicionais emergem também.

### **Sentido da autonomia no processo de Modernização Reflexiva.**

O projeto da modernização reflexiva inicia um novo paradigma, onde a autonomia é privilegiada. Tornou-se necessidade para a vida numa sociedade destradicionalizada e reflexiva. No mundo do trabalho, a autonomia é diferença que marca a mudança do domínio do fordismo para o pós-fordismo. A empresa deve possibilitar o desenvolvimento desse valor, trabalhando o homem integralmente para que ele possa não só atender aos requisitos do mercado, mas também atuar como cidadão no mundo globalizado.

No que tange aos meios de produção, estes não são mais determinados exclusivamente pelo capital, pelos recursos naturais tais como a terra, e nem tampouco pela mão-de-obra, mas sim pelo conhecimento técnico e científico. A sociedade globalizada está também transformando a natureza do trabalho, tornando-o cada vez menos braçal e cada vez mais imaterial. A tendência é trabalhar de modo mais intelectual, com empreendimento autônomo e com fortes capacidades criativas.

Portanto, como diz SOARES (2001) a atual organização do mundo modifica de forma acelerada os valores básicos da sociedade; muda a concepção de organização da empresa e da economia; transforma as instituições. Ao exigirem novas capacidades na tomada de decisão em ambientes complexos, incertos e competitivos, impõem ao homem pós-moderno mais instrução e aperfeiçoamento contínuo para se inserir no processo de trabalho. Nesse sentido, o conhecimento como valor universal é um direito de todos que deve ser utilizado em toda a esfera da vida cotidiana e não apenas para concorrer a um posto no mercado de trabalho.

Assim, as exigências desta sociedade não estão pautadas apenas nos livros, na Internet e nas técnicas, mas principalmente na pessoa de desempenho que incorpora seus

valores, desafia, pesquisa, cria formas de convivência solidária e decide no constante confronto de novas demandas e novas responsabilidades. Essa é a "nova sociedade", que deverá ser cada vez mais marcada pela produtividade, pela participação e pela autogestão fundada no conhecimento, e com preponderância da autonomia sobre a heteronomia taylor-fordista.

A autonomia, portanto, é hoje prioridade revisitada no mundo globalizado. Esse reconhecido valor constitui, portanto, uma categoria central da essência da vida humana, e como tal, confere o poder de determinar os processos e as estratégias de ação, escolher caminhos e alternativas, bem como objetivar desejos e ideais no sentido de efetivar a ação crítica nas mais diversas situações que a vida nos impõe. Para compreender o homem enquanto precursor dessa nova vida social, que transcenda o econômico e incorpore outras dimensões tais como: vida familiar, lazer, cultura, política, precisamos lançar mão das teorias pós-fordistas que interpretam essas mudanças privilegiando a questão da autonomia.

No contexto atual, os indivíduos estão cada vez mais mergulhados na turbulência da incerteza, do medo, da perplexidade, o que os leva a procurarem soluções alternativas para o percurso da existência nos novos paradigmas sociais da cultura contemporânea. Para tanto, cada vez mais o homem é obrigado a abdicar da rigidez das idéias, atitudes e tipos de comportamentos fundamentados no sistema de valores tradicionais e buscar resposta nos valores de uma "modernidade reflexiva" (GIDDENS, 1996).

Sob esse aspecto, concordamos com GIDDENS que estamos numa sociedade cuja marca é a destradicionalização ("*...as tradições são constantemente colocadas em contato umas com as outras e forçadas a "se declararem"*") (GIDDENS, 1996:99) e, portanto, a reflexividade social ("*... condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional, onde as decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um*").

Essa reflexividade aponta elementos significativos para a sedimentação da autonomia na sociedade globalizada. A autonomia como condição de autodeterminação para conviver com os riscos, incertezas e conflitos passa a ser considerada hoje na escala de valor como um bem necessário gerador de decisões e criador de possibilidades.

Agora, as ações cotidianas de um indivíduo estão entrelaçadas em todo o sistema, o que lhe coloca como essencial um certo grau de autonomia para que o mesmo possa sobreviver, e, como diz GIDDENS, "moldar uma vida" na sociedade contemporânea.

Entendida a partir dos processos e estruturas culturais que configuram a globalização, a autonomia refere-se às múltiplas capacidades do indivíduo em se representar tanto nos espaços públicos como nos espaços privados da vida cotidiana, ao seu modo de viver e aos seus valores culturais; à luta pela sua emancipação e desalienação; à forma de ser, sentir e agir; à capacidade de potencializar atividades em diversas formas de trabalho; à resolução de conflitos; ao fortalecimento em relação às suas próprias emoções, que o torna capaz de solidarizar com as emoções dos outros e, enfim, estar mais associado em suas ações.

Portanto, é inegável que a autonomia tornou-se requisito básico no mundo globalizado. Constitui-se como necessidade material, no momento em que a racionalidade tecnológica coloca como exigências para o homem o domínio do conhecimento, a capacidade de decidir, de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa. Somente um indivíduo autônomo consegue manejar com estes elementos, os quais exigem ações/tomadas de decisões constantes para responder/resolver novas problemáticas advindas desta nova fase do capitalismo.

Assim, segundo (SOARES, 2001) a autonomia não pode estar dependente de justificativas de ordem econômica ou ideológica, por constitui um valor que capacita a nossa participação no percurso de todas as circunstâncias da existência humana.

Por tudo isso, é por excelência uma necessidade política, pois somente um indivíduo autônomo ("sujeito ativo") possui condições de entender as contradições que permeiam o mundo globalizado, questionando-as e agindo no sentido de canalizar as oportunidades desta sociedade para mudanças qualitativas e, concomitantemente, apresentar alternativas às ameaças.

## **Democratização da democracia**

O avanço do mercado global não é o único fator que afeta a estrutura do Estado ou a legitimidade dos governos. Outras influências, incluem a própria democratização, que está intimamente ligada à influência declinante da tradição e do costume.<sup>13</sup> O apelo da democracia não vem inteiramente, talvez nem mesmo basicamente, do triunfo de

---

<sup>13</sup> Anthony Giddens é um autor que discute bastante a questão da tradição na modernidade. Ver o seu "A vida em uma sociedade pós-tradicional" in : BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Ed. UNESP, 1997, (pp 73-133) ou o sociólogo polonês Zygmunt Bauman no seu O Mal-estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1998.

instituições liberais democráticas sobre outras, mas das forças mais profundas que estão remodelando a sociedade global, inclusive, como dito no item anterior, a demanda por autonomia individual e a emergência de uma cidadania mais reflexiva, fruto desta modernização reflexiva. Assim, a democratização está ganhando vantagem sobre a democracia, e o desequilíbrio deve ser objeto de atenção, isso quer dizer, que a crise da democracia vem de ela não ser suficientemente democrática. A democracia como existe hoje deve se ajustar às novas circunstâncias da era global, de modernização reflexiva. Numa sociedade pós-tradicional, a autoridade não pode mais ser legitimada por símbolos tradicionais, ou melhor, “as coisas sempre foram feitas assim”. Por que reformas deveríamos pressionar? Como democratizar a democracia? Não é objeto desta dissertação apresentar tais respostas; entretanto, como veremos no próximo capítulo, todos os atores sociais, inclusive as empresas, devem estimular o seu exercício. O que devemos compreender é que existe na sociedade atual uma genuína pressão por democratização.

Dessa forma, a proposta que se aponta como de "dimensão pública" é um processo de democratização da sociedade enquanto generalização de um padrão básico de cidadania, já que, o "mercado mundial", apresentado como o grande administrador da economia, tem se mostrado inoperante sob o aspecto social e de cidadania. Reivindicar a primazia da sociedade civil exige a articulação de valores humanos universais que vão além das forças do Estado e principalmente das forças do mercado. Sendo assim, desloca-se radicalmente o lugar da política; é o que veremos a seguir.

### **2.3 - Ação Política e Novos atores sociais**

#### **Ação Política : O advento da Política da Vida e a Subpolítica**

Esta série de preocupações advindas das mudanças que acabamos de descrever – destradicionalização, novo individualismo, modernização reflexiva – dão origem a questões que (GIDDENS, 1996) chama de *política de vida*. A política de vida é uma política de identidade e uma política de escolha. Uma das razões pelas quais os debates entre a esquerda e a direita tornaram-se, de maneira tão freqüente, pouco atraentes é que eles simplesmente não abordam estes novos campos de ação.

À medida que essas circunstâncias mudaram, toda uma variedade de outros problemas e possibilidades que não estão no âmbito do esquema esquerda/direita passaram para o



primeiro plano. Eles incluem questões ecológicas, mas também problemas ligados à natureza em mudança da família, trabalho e identidade pessoal e cultural.

A política da vida não é, ou não é só, uma política do pessoal; os fatores envolvidos tornaram-se genéricos em relação à muitos aspectos da vida social, inclusive alguns de grande envergadura, como as questões ecológicas, de direitos humanos, direitos do consumidor, sexualidade e muito outros. Ela é uma política de escolha. Como deveríamos reagir à hipótese do aquecimento global? Devemos aceitar a energia nuclear ou não? Até que ponto o trabalho deveria permanecer um valor central da vida? Nenhuma destas questões é claramente de esquerda ou direita.

Enfim, a política da vida é uma política não de oportunidade de vida, mas de *estilo de vida*. Ela está relacionada a disputas sobre a maneira pela qual nós (enquanto indivíduos e enquanto humanidade coletiva) deveríamos viver em um mundo onde tudo aquilo que costumava ser fixado pela natureza ou pela tradição está atualmente sujeito a decisões humanas.

O que para alguns pareceu um processo de despolitização – a subtração de influência dos governos nacionais e dos partidos políticos – para outros foi a disseminação de engajamento político e ativismo. (BECK, 1995) fala da emergência da “*subpolítica*” - política que migrou do parlamento para grupos de pressão unidirecionados na sociedade.

Os novos movimentos, grupos e ONGs são portanto capazes de refletir seus músculos na cena mundial e até sociedades anônimas globais têm de tomar conhecimento deles. BECK compara “a imobilidade do aparato de governo” com a “mobilidade de agentes de todos os níveis possíveis da sociedade” e a “exaustão da política” com a “ativação da subpolítica”. Grupos de iniciativas e cidadãos, ele afirma, tomaram o poder unilateralmente, sem esperar pelos políticos. Eles, não os políticos, introduziram questões ecológicas, de direitos humanos, de discriminação sexual e racial e também muitas outras preocupações, no programa político.

Até que ponto irão as “subpolíticas” substituir as esferas mais convencionais de política e governo? BECK está certo ao afirmar que o interesse declinante pela política partidária e parlamentar não significam despolitização. Movimentos sociais, grupos de pressão

unidirecionados, ONGs e outras associações de cidadãos seguramente terão importância na vida política de forma contínua – a partir de um nível local para um nível mundial. Os

governos terão de estar prontos para aprender com eles, reagir às questões que levantam e negociar com eles, como terão de fazer as empresas e outras instituições de negócios.

No entanto, a idéia de que tais grupos podem assumir o controle quando o governo está falhando, ou pode tomar o lugar dos partidos políticos, é fantasiosa. O Estado-Nação e o governo nacional podem estar mudando de forma, mas ambos conservam uma importância decisiva no mundo de hoje. Por mais importantes que movimentos e grupos de interesse especial, eles não podem, como tais, governar. Uma das principais funções do governo é precisamente conciliar as reivindicações divergentes de grupos de interesse especial, na prática e de direito.

### **Novos Atores Sociais**

A problemática social e ambiental está estreitamente relacionada à globalização em suas várias dimensões. Se, por um lado, é acentuada por este processo, por outro suscita uma série de elementos que concorrem para o seu fortalecimento.

As principais causas dos processos de desequilíbrio e degradação ambiental são atribuídos às formas predominantes de ocupação do ambiente e de utilização dos recursos naturais com matéria-prima e fonte de energia. (ODUM, 1975).

A expansão do ambientalismo teve como poderoso veículo a organização e a mobilização da sociedade civil. Com certeza, a presença cada vez maior de setores governamentais e de empresas (patrocinando projetos sociais e ambientais) no debate foi proporcional ao aumento da pressão da sociedade civil, da opinião pública e da comunidade científica internacional. Todavia, este fato também deve ser interpretado como resultado da necessidade de garantia das condições materiais de reprodução do sistema econômico capitalista. Foi a convergência entre as demandas sociais e as do próprio sistema político-econômico mundial que favoreceu a elaboração de novas estratégias. Ecologia e economia deixaram de ser excludentes, sendo fundidas na noção de ecodesenvolvimento. Trata-se da integração dos constrangimentos ecológicos e sociais na lógica capitalista. (DUPUY, 1989).

Organizações privadas , “sem fins lucrativos”, voltadas para a produção de bens e serviços públicos, as ONGS são geralmente marcadas por uma atuação dinâmica e flexível, e pela capacidade de ramificação e capilaridade através do estabelecimento de vínculos horizontais e verticais que se orientam por uma superposição de lealdades num esquema de redes que propiciam a integração dos níveis local, regional, nacional, internacional e transnacional. As novas formas de atuação das ONGs e outras instituições do Terceiro Setor têm sido identificadas como alternativas de promoção de uma nova dimensão da cidadania, que redundaria na possibilidade do desenvolvimento de novas formas de governabilidade, não criadas por constituições nem localizadas em estruturas formais de governo , e sim fruto da emergência da *subpolítica*.

### **Campos de transmissão do novo fazer público**

Destaco aqui três campos de transmissão da nova forma de fazer política, que me parecem relevantes: o uso da informação, o agir no campo simbólico, e as articulações sob a forma de redes.

**i) O uso da informação** - As novas tecnologias para a geração de informações e comunicações trouxeram modificações profundas nas relações de espaço e tempo significativas para os atores dos movimentos sociais. A nova arena política passa a ser uma comunidade virtual transnacional . Através dela, a informação se difunde em tempo real e interações comunicativas sem fronteiras se realizam. Existem uma série de exemplos bem sucedidos com o Greenpeace, ATTAC, World Watch Institute, etc. Estamos hoje frente a um novo potencial de interação e auto-organização da sociedade civil. Diante da tradicional hierarquia dos meios tradicionais de comunicação, a Internet aparece para muitos como a oportunidade com que nos brinda a tecnologia para ampliar as bases da democracia internacional.

**ii) O agir no campo simbólico** - Os novos movimentos em geral, concebem que as transformações na sociedade passam por um repensar e uma reeducação no campo da cultura. Neste sentido, as ações no campo simbólico são particularmente expressivas. Neste campo, há um conjunto de novos códigos lingüísticos que vão sendo criados com a idéia de uma comunidade idealizada, de uma utopia do que seria um mundo socialmente melhor, para a realização de uma cidadania planetária. Fazendo um contraponto com a linguagem neoliberal, onde a palavra “mercado” explica todos as coisas, vai se desenvolvendo assim uma ética ecológica com as respectivas representações simbólicas

e códigos lingüísticos, que distinguem o socialmente aceitável do não-aceitável. (“*um mundo melhor é possível*”, “*vitória da esperança contra o medo*”, etc.) É essa ética em construção que estabelece os parâmetros para os pleitos e as pressões das ONGs e movimentos sociais na esfera pública.

É neste campo simbólico que tem início também a construção das conexões entre as lutas ecológicas, as lutas democráticas e as lutas pela justiça social.

**iii) Articulações em Redes** – neste cenário de globalização nos campos da informação, da cultura e da ação política, a interação entre os novos atores da sociedade civil tende a realizar-se de forma descentralizada, assumindo a metáfora de rede: de informação, de comunicação e de formato organizacional. A formação de redes tem por característica a não-centralidade organizacional e a não –hierarquização do poder. As relações sociais são mais horizontalizadas, complementares e, portanto, mais abertas ao pluralismo e à diversidade cultural. São precursores de uma nova utopia de democracia.

### **Globalização dos Conflitos**

A globalização dos conflitos ocorre, por um lado, como decorrência das oportunidades políticas criadas para os movimentos sociais, pelos organismos de poder supranacional, com as Nações Unidas; por outro lado, devido ao atual poder de difusão dos meios de comunicação.

A necessidade de construir consensos mínimos ao nível das agendas políticas multilaterais, ou de expressar simbolicamente os problemas sociais e ecológicos localizados em agendas de alcance transnacional, também concorre e acentua a globalização dos conflitos. Os conflitos se globalizam, assim, através das redes de informações, das redes intergovernamentais, de tal forma que “*o local, os problemas particulares se universalizam, e o universal, a ética planetária se particulariza, se expressa simbolicamente em problemas ao nível local*”. (WARREN, 1996:142). Por exemplo, Chico Mendes é transformado num símbolo universal da resistência para a conservação das florestas, de um lado, e a ética ecologista da ação ativa não violenta é incorporada pelo Movimento dos Seringueiros, de outro.

## 2.4 - Racionalização do Mundo

Desde o princípio; o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de expansão da racionalização do mundo.

Segundo (IANNI,1995) com a predominância do capitalismo via seus mecanismos institucionais , processos e estruturas, ocorre o desenvolvimento de formas racionais de organização das atividades sociais em geral, compreendendo as políticas, as econômicas, as jurídicas, as religiosas, as educacionais e outras. Aos poucos as mais diversas esferas da vida social são organizadas em termos de calculabilidade, contabilidade, eficácia, produtividade, lucratividade. Juntamente com o mercado, a empresa, a cidade, o Estado, o Direito, também as atividades intelectuais são racionalizadas.

Devido à força, abrangência, complexidade e expansividade do capitalismo como “processo civilizatório” , as mais diversas formas de organização das atividades produtivas e da vida social tendem a ser recobertas, subordinadas, modificadas por esse processo. *“A racionalização tem sido a força decisiva no mundo moderno. O seu progresso no âmbito da conduta, da empresa, da organização, da tecnologia, da lei e da ciência tem resultado no profundo desencantamento do cosmos que caracteriza a nossa época”*<sup>14</sup> , ou como já falamos tem origem na influência declinante da tradição.

Estamos presenciando a racionalização das ações e relações, instituições e organizações, em escala local, nacional, regional e mundial. A contabilidade cada vez mais sistemática, rigorosa e mecanizada, é uma espécie de concretização generalizada das exigências da racionalidade geral que constitui e dinamiza ações sociais com relação aos valores e fins típicos de uma ordem social capitalista.

O processo de racionalização passa a submeter o indivíduo, singular e coletivamente, aos produtos de sua criatividade. O desencantamento nas palavras de (MARCUSE ,1941) :

*“O mundo tem sido racionalizado em tal escala, e esta racionalização tornou-se uma força de tanto poder, que o indivíduo nada pode fazer de melhor senão*

---

<sup>14</sup> Benjamim Nelson, “On Orient and Occident in Max Weber”, Social Research, Spring, 1976, citação da p. 116 de IANNI, Octavio Teorias da Globalização. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

*ajustar-se a isso sem reservas....Os fatos que dirigem o pensamento e ação do homem não são os da natureza, que precisam ser aceitos a fim de que possam ser dominados, ou os da sociedade que precisam ser mudados porque não mais correspondem às necessidades e potencialidades humanas. Antes, são aqueles processos tecnificados, que se apresentam como a corporificação da racionalidade e da eficácia... Não há qualquer possibilidade individual de escapar ao aparato que mecanizou e estandardizou o mundo. Trata-se de um aparato racional, combinando eficácia e conveniência, economizando tempo e energia, removendo desperdícios, adaptando todos os meios ao objeto, antecipando conseqüências, garantindo calculabilidade e segurança.... Não há espaço para autonomia. ....”<sup>15</sup>*

Este processo é muito visível no mundo das empresas, onde constatamos uma enorme proliferação de códigos de conduta traduzidos em estatutos, normas e diretrizes, uma extensão sem limites de regras, padrões e princípios de comportamento. A crescente tendência de demanda por transparência e mecanismos de governança corporativa - fruto de uma sociedade reflexiva -, começa a exigir das empresas a necessidade de demonstrar à todas as suas partes interessadas seus indicadores de performance, não só os clássicos indicadores econômico-financeiros, mas todos aqueles relacionados à complexidade e a totalidade das atividades da empresa: como ela se relaciona com o meio ambiente, com seus colaboradores, fornecedores, sindicatos, clientes, etc., sob a égide daquilo que se consensou chamar de “movimento de responsabilidade social das empresas”. Veremos que estes mecanismos tendem a se aprimorar. O GRI (*Global Report Initiative*) vêm se apresentando como o *benchmark* para um “balanço sustentável”; aquele que integra os aspectos financeiros, ambientais e sociais. Seu sofisticado pacote de indicadores de performance mostra claramente esta tendência. As relações da empresa é um universo que predomina o princípio da quantificação.

Nas organizações, surgem perspectivas sistemáticas, das quais o mundo-da-vida é distanciado e percebido com um elemento de meio ambiente circundante ao SISTEMA<sup>16</sup>. As organizações ganham autonomia através de uma demarcação em relação às

---

<sup>15</sup> Herbert Marcuse, “Some Social Implications of Modern Technology”, 1941 citado em IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995., p.133.

<sup>16</sup> SISTEMA ou “mundo da produção”; *locus* da racionalidade instrumental, funcional ou estratégica é o processo organizacional que visa alcançar objetivos prefixados, ou seja, é uma razão teleológica com relação a fins na qual vai predominar a instrumentalização da ação social dentro das organizações. TENÓRIO, 2002

estruturas simbólicas do mundo-da-vida; se tornam peculiarmente indiferentes à cultura, à sociedade, e à personalidade. (TENÓRIO, 2002)

A nova geração da racionalização da produção deve ser compreendida a partir das transformações atuais das formas de racionalização social e dos sistemas de relações econômicas e administrativas. Além disto, as novas interpretações inovam também no modo com vêm a relação entre este Mundo da Produção e as esferas simbólicas da sociedade, superando a unidimensionalidade técnico-gerencial do taylorismo e do fordismo.

A Racionalidade estratégica é insuficiente para dar conta às novas exigências do mundo moderno. Faz-se necessário formas ampliadas de racionalidade diante da crescente racionalização do mundo.

As atuais relações entre o Mundo da Produção e o todo social não podem ser examinadas com os mesmos conceitos sociológicos de outrora, criados para estudar as relações entre a sociedade industrial em seu apogeu e suas fábricas fordistas. A razões? De um lado transformações intensas nas relações sociais no bojo do processo de Modernização Reflexiva; de outro, uma complexidade tecnológica cada vez maior.

### 3.1 Outros Fatores que alavancaram o “movimento de responsabilidade social corporativa”

Os rigores e efeitos socialmente perversos da racionalidade econômica levam à descoberta gradual de uma nova racionalidade social. Seu objetivo é atenuar os rigores e diminuir os excessos baseados na globalização produtiva e financeira. É possível afirmar que a racionalidade social que surge, esta silenciosa e profunda revolução, é o contrapeso à racionalidade econômica farta em percalços e dissabores.

É neste contexto que começa a se difundir no mundo uma nova ética baseada em valores mais humanizadores, pois viver em uma Risikogesellschaft, certamente repercute na experiência pessoal como Risikoleben.<sup>17</sup> A expansão dos mercados traz oportunidades sem precedentes para a criação de um novo contrato social. É como se a globalização - e o seu “mal-estar” - trouxesse igualmente o seu antídoto, onde seus princípios ativos poderiam ser assim resumidos:

- i) a emergência do ideal de democracia (*democratização da democracia*);
- ii) o revigoramento da solidariedade social, da participação e da integração social (*novos atores sociais*);
- iii) forte apelo ético;
- iv) o fortalecimento da política (*emergência da subpolítica e políticas da vida*);
- v) volta do exercício da cidadania por indivíduos, empresas, grupos, comunidade e sociedade (*reflexividade social*).

Como dito antes, diferentes efeitos são atribuídos à globalização, desde a eventualidade do fim da capacidade de ação do Estado em detrimento dos interesses das grandes

---

<sup>17</sup> O que quer dizer que viver numa sociedade de risco (*Risikogesellschaft*) tem grandes conseqüências pessoais (*Risikoleben*). Não nos cabe aqui discutir as motivações desta “nova ética”; parece mais acertado dizer que a emergência de valores mais humanos é conseqüência do que foi dito nos capítulos 1 e 2, e tem a ver também, com a evolução normal da conscientização das sociedades – de uma sociedade civil mais protagonista, fruto do processo de Modernização Reflexiva.



empresas, até uma ameaça ao Estado de bem-estar pela concorrência global das vantagens locais. Deste modo, é inegável que o processo de globalização fragiliza o Estado-Nação, não apenas no que se refere à capacidade de implementar políticas específicas relativas aos mercados, mas também, e talvez principalmente, a determinadas capacidades "estruturais" relativas à questão social. Somados a isto, como é o caso do Brasil, a atuação social do Governo vem demonstrando falta de foco na definição de segmentos prioritários como beneficiários de suas ações, falta de integração e pulverização dos programas sociais; ou seja, má atuação na formulação, implementação e ineficiência na execução dos gastos.

A tomada de decisão das empresas tem se tornado mais complexa do que nunca, ambos em termos de pressões competitivas e de expectativas sociais. Enfrentando estes desafios, um número cada vez maior de empresas vêm refletindo a mudança de expectativa da sociedade nos valores que se baseiam para fazer negócios. No bojo da racionalização social, situa-se o fenômeno mundial da *Responsabilidade Social Corporativa*, o qual passaremos a falar.

Esse fenômeno tem a ver com o que falamos antes: a busca de novos mercados pelas empresas transnacionais, o avanço do neoliberalismo, a onda de privatizações e desregulamentações que aumentou a parcela da economia em poder dos grupos privados e também pode ser interpretado como resultado da necessidade de garantia das condições materiais de reprodução do sistema capitalista; além disso, outros fatores importantes que podemos destacar são :

a) Novas formas de Governança Global: A globalização, sem dúvida, desafia a capacidade de instituições internacionais e nacionais de controlar as atividades empresariais. A economia global sem fronteiras requer igualmente estruturas de governança sem fronteiras para ajudar que as atividade do setor privado tenham resultados sociais, ambientais, assim como também resultados economicamente benéficos. Modelos novos de governança internacional, afetando áreas como emissões de gás de estufa, silvicultura, pesca, depleção de ozônio, práticas trabalhistas, padrões de contabilidade financeiros, exemplificam uma nova geração de esforços para alinhar governança e a grande demanda por informações no contexto de mercados cada vez mais complexos e interconectados. Um tema fundamental em todos os modelos de

governança que estão emergindo é a necessidade por transparência e acesso à informação.

b) Governança Corporativa: Pressões nas empresas para estabelecer e manter altos padrões de governança interna estão aumentando. Assim com a sociedade presencia uma influência sem precedentes das empresas nas mudanças econômicas, ambientais e sociais; investidores e outros *stakeholders* esperam e passam a exigir delas, padrões mais altos de éticas, transparência e responsabilidade dos seus executivos e gerentes para com estas questões. É esperado que os sistemas de governança prestem atenção e se preocupem com os outros stakeholders, além do tradicional focalizado nos investidores. A governança corporativa pressupõe, convida e estimula as empresas a adotarem compromissos efetivos com seus outros *stakeholders* (partes interessadas).

A responsabilidade social corporativa (RSC) tem interessado instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Secretário Geral da ONU, Sr. Kofi Annan, lançou o programa *Global Compact* em janeiro de 1999, solicitando aos dirigentes do mundo dos negócios que aplique um conjunto de nove princípios sobre os direitos humanos, trabalhistas e questões ambientais. Em junho de 2000, os Ministros da OCED aprovaram uma versão revisada das “Diretrizes para Empresas Multinacionais”, que estabelece princípios voluntários e padrões de conduta de responsabilidade corporativa em áreas como meio ambiente, condições de trabalho e direitos humanos, cobrindo as atividades de empresas multinacionais operando em seus 29 países-membros. Estes esforços atestam os crescentes desafios por parte das empresas e o aumento de expectativas por padrões mais altos em termos de comportamento corporativo.

c) O papel das economias emergentes: Estas mesmas tendências estão ganhando grande destaque em economias emergentes. Com as oportunidades de comércio facilitadas pelo processo de globalização, países como Brasil, Índia, China e África do Sul passaram a fazer parte da grande cadeia de fornecimento global, as *suplly chains*, que fazem com que as empresas tragam e disseminem suas práticas de gestão com responsabilidade social pressionando os “países hospedeiros” ao longo de todos os segmentos da sua cadeia produtiva a adotar práticas semelhantes. O movimento pela responsabilidade corporativa está afetando entidades do setor privado de todos os tamanhos ao redor do mundo, criando um ciclo virtuoso.

Obviamente, o desenvolvimento destes conceitos e dos debates a eles vinculados esta inserido no contexto internacional da globalização dos mercados. Ao mesmo tempo em

que amplia as possibilidades de trocas internacionais, por outro lado, impõem barreiras e desafios nos campos ético, cultural, político e comercial, tais como:

- i) posicionamento mais consciente e exigente dos consumidores e organizações da sociedade civil dos países em desenvolvimento, atentos ao padrão competitivo das corporações multinacionais (principalmente) em todo o mundo, sobretudo quanto à exploração de inadequadas condições sociais e trabalhistas e
- ii) a questão do *dumping* ambiental e social, que envolve tanto valores éticos quanto argumentações de caráter protecionista não formais.

d) Crescentes expectativas e visibilidade para as organizações: A expansão da Internet e das tecnologias de comunicações estão alterando o tipo de transferência de informação; do tradicional para canais novos, ampliando a velocidade e força dos mecanismos de avaliação. Consumidores, apoiados pela cobertura de mídia sobre os assuntos de sustentabilidade (e todas as suas dimensões), tem acesso rápido à informações detalhadas das ações das empresas em um nível sem precedente. As empresas, em particular, estão enfrentando expectativas claramente articuladas de clientes e consumidores que passam a considerar as contribuições delas para com o desenvolvimento sustentável . Estas demandas vão desde mudanças específicas em práticas operacionais até processos complexos como patentes ou descomissionamento. Muitos eventos recentes apresentaram sérios riscos para reputação e imagem da empresa. Com a facilidade cada vez maior de obtenção de informações, os consumidores ficam sabendo rapidamente, em qualquer lugar do mundo, se o produto que estão comprando foi produzido a partir da exploração do trabalho infantil, por exemplo. A Nike teve sua imagem seriamente abalada quando os jornais de todo o mundo anunciaram que fábricas chinesas que produziam os seus famosos tênis estavam empregando trabalho infantil em condições impróprias e desumanas. Esta situação simboliza o aumento da importância da necessidade de se discutir a responsabilidade social. Percebemos, que as empresas estão se apressando em adotar códigos de conduta e desenvolver políticas de responsabilidade social.

e) Medir a evolução do “desenvolvimento sustentável”: Como o tema “desenvolvimento sustentável”<sup>18</sup> é adotado amplamente como um assunto central nas agendas públicas internacionais, a exemplo da recente conferência RIO + 10 em Joanesburgo na África do Sul, muitas organizações enfrentam o desafio de traduzir este conceito em práticas operacionais. Com o processo de globalização da economia, o tema vem ganhando ainda mais espaço nos fóruns de discussão empresarial e na mídia dirigida aos empresários, em vista dos impactos dos investimentos internacionais sobre as comunidades locais onde são aplicados. Para empresas que possuem operações em diversas partes do globo, far-se-ia necessário, então, desenvolver uma política de investimentos sociais, comunitários ou ambientais que tivesse consistência em todas as unidades da corporação, seguindo a máxima: “pensar globalmente, agir localmente”.

A necessidade para avaliar melhor o estado de um organização e definir metas de longo prazo em alinhamento com o conceito do “desenvolvimento sustentável” foi decisivo para se definir indicadores de desempenho de sustentabilidade amplamente aceitos , a exemplo do pacote de indicadores do GRI (*Global Report Initiative*).

f) Crescente interesse dos mercado financeiros nos relatórios sustentáveis<sup>19</sup>: A indústria financeira lentamente mas continuamente está abraçando os índices sociais e ambientais da empresa como parte integrante do seu toolkit de análise.

As informações de um Balanço Social farão com que os analistas possam analisar socialmente a empresa. Pode-se detectar a política de Gestão de Pessoas utilizada e suas implicações no processo produtivo, quer seja industrial, comercial ou serviço . Com a clareza das informações como absentismo e acidente do trabalho, poderemos ver qual a perda da empresa, tanto em relação à qualidade de vida no trabalho como as perdas financeiras ocasionadas pelas horas sem execução de trabalho, também porque empresa com altos índices de acidentes do trabalho e absentismo acaba tendo custos de produção mais elevados. Dentro do Balanço Social pode-se também analisar a saúde financeira levando em consideração a tendência da sua linha de atuação social, poderá se fazer uma interface com o Balanço Financeiro ponderando os dados como os

---

<sup>18</sup> O conceito foi cunhado pelo relatório da Brundtland Comissão, de 1987, intitulado “Our Common Future” (“Nosso Futuro Comum”). O relatório foi produto da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e expressa: “*O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem às suas próprias necessidades.*”

investimentos na linha de desenvolvimento do *business* da empresa com os recursos investidos no desenvolvimento social.

Os Analistas poderão analisar projeções de crescimento da empresa também levando em consideração as projeções de crescimento social que a empresa poderá auferir com base nos dados do Balanço Social, visto que um maior desenvolvimento da esfera social aumentará a produtividade, atrairá os melhores profissionais do mercado, aumentará a fidelidade dos clientes, fazendo com que exista uma projeção positiva na curva de suas vendas. Se juntarmos a isto os demais fundamentos da empresa, do setor e da macroeconomia os analistas deterão informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento econômico, financeiro, político e social das empresas criando cenários com mais precisão para os potenciais investimentos.

Os primeiros fundos norte-americanos e europeus que compuseram suas carteiras exclusivamente com empresas que executam ações sociais corporativas existem há pouco tempo e já começam a dar sinais de igualdade ou ainda maior rentabilidade que os melhores fundos de investimentos do mercado, mais uma prova da importância do Balanço Social para uma análise séria das ações sociais das empresas. O crescimento da existência destes fundos, fez com que em setembro de 1999, fosse criado o *Dow Jones Sustainability Group Indexes*, índice que incorpora as empresas com responsabilidade social corporativa.

O que se percebe é que Responsabilidade Social Corporativa portanto; não pode estar situada apenas no âmbito da caridade ou filantropia tradicionalmente praticada pela iniciativa privada. Seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade do negócio (e legitimação) de longo prazo num ambiente de alta complexidade que, em sua lógica de performance e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade. Assim, o tema permeia a estrutura organizacional e gerencial dos grupos, concretizando-se da forma distributiva (índice *DVA*<sup>20</sup>) pelo destino de parte da riqueza adicional produzida em benefício de funcionários e seus familiares e pela realização de ações cooperativas com o desenvolvimento das comunidades, em diferentes níveis, as quais podem ou não se relacionar diretamente com os objetivos do negócios empresarial.

---

<sup>19</sup> Relatório Sustentável é aquele que contém informações sobre o desempenho financeiro, ambiental e social da empresa.

<sup>20</sup> O índice DVA significa *Demonstrativo de Valor Adicionado* que demonstra como a empresa distribui sua riqueza entre suas partes interessadas.

### 3.2 Responsabilidade Social Corporativa - RSC

Nos últimos anos, a questão da Responsabilidade Social Corporativa tem gerado um crescente interesse, tanto entre acadêmicos, como entre empresários e administradores públicos. Todo ano centenas de artigos sobre esse tema são publicados; aumentam os prêmios distribuídos para “casos exemplares” de RSC (ABDV, Valor Econômico, Folha de São Paulo, Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, Prêmio Abamec de Responsabilidade Social) e muitos encontros são organizados sobre o tema. Apesar dessa explosão de interesse sobre RSC, um breve exame da literatura sobre o tema sugere que sua própria idéia, suas características fundamentais, sua operacionalização e suas conseqüências possuem diferentes definições.<sup>21</sup> Quanto aos argumentos a favor da responsabilidade social corporativa, eles partem, principalmente, da área acadêmica conhecida como *Business and Society*, destacando-se, nos últimos dez anos, os trabalhos de **Carroll** (1979, 1991, 1994), Donaldson e Dunfee (1994), Frederick (1994,1998) e Wood (1991).

(MELO NETO e FRÓES, 2001:15) define a responsabilidade social como sendo :“(...) a obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização”.

Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, uma das principais instituições responsáveis pela difusão do conceito de responsabilidade social na sociedade brasileira define este conceito como:“(...) a atitude ética da empresa em todas as suas atividades. Diz respeito às interações da empresa com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, governo, concorrentes, meio ambiente e comunidade. Os preceitos da responsabilidade social podem balizar, inclusive, todas as atividades políticas empresariais. (...) a questão da responsabilidade social vai, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos”.

---

<sup>21</sup> Não é objetivo desta dissertação um estudo sobre os diversos conceitos da RSC . Ler: “Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa” de *Patricia Almeida ASHLEY, Renata Buarque Goulart COUTINHO e Patricia Amélia TOMEI, ENANPAD 2000* .

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa articula em suas diversas definições, muitas visões , como:

- i) atitude e comportamento empresarial ético e responsável;
- ii) postura estratégica empresarial;
- iii) estratégia de relacionamento;
- iv) estratégia de marketing institucional;
- v) estratégia de recursos humanos;
- vi) estratégia de valorização de produtos/serviços;
- vii) estratégia social de inserção e desenvolvimento na comunidade;
- viii) exercício da consciência ecológica;
- ix) promoção de cidadania individual e coletiva.

O importante é reconhecer que o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está associado ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das empresas alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas (*shareholders*). Como vimos um número muito grande de fatores esta contribuindo para estas mudanças, mas a raiz comum é que as expectativas das partes interessadas (*stakeholders*) para o que se constitui um comportamento responsável por parte das empresas em várias áreas está mudando. Assim, a RSC enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem: empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades.

Este conceito expressa compromissos que vão além daqueles já compulsórios para as empresas, tais como o cumprimento de ações trabalhistas, tributárias e sociais, de legislação ambiental, etc. Expressa, a adoção e a difusão de valores, condutas e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, para que também resultem em preservação e melhoria da qualidade de vida das sociedades, do ponto de vista ético, social e ambiental.

O tema da Responsabilidade Social integra-se portanto, ao da Governança Corporativa, ou seja, com a administração das relações contratuais e institucionais estabelecidas pelas companhias e as medidas adotadas para o atendimento da demandas e dos interesses dos diversos participantes envolvidos. Desta forma, a responsabilidade social corporativa

está relacionada com a gestão de empresas em situações cada vez mais complexas, nas quais questões como as ambientais e sociais são crescentemente mais importantes para assegurar o sucesso e a sustentabilidade dos negócios.

Nos fóruns nacionais e internacionais dedicados ao assunto, ganha destaque a criação e a instituição de mecanismos de monitoramento e de prestação de contas que visam divulgar e dar transparência às ações desenvolvidas. A velocidade de circulação de informações e a pressão da sociedade civil organizada em nível global, por exemplo, são influências que vêm sendo sentidas especialmente pelas grandes corporações e grupos multinacionais, suscitando a vigilância das empresas quanto aos fatores capazes de afetá-las e que merecem, assim, acompanhamento específico. No âmbito internacional e recentemente no Brasil, são apontadas as certificações e auditorias através de normas contábeis<sup>22</sup> que procuram estabelecer um conjunto de padrões e indicadores auferíveis, relativos às condutas trabalhistas, sociais e ambientais adotadas. No nosso caso, vem ganhando relevância o instrumento *Balanco Social*; o demonstrativo das ações das empresas no que diz respeito à sua responsabilidade social.

Existe na prática diversos exemplos de que a visibilidade que uma postura pró responsabilidade social traz ganhos tangíveis para a empresa, sob forma de fatores que agregam valor, reduzem custos e trazem aumento de competitividade, tais como melhoria da imagem institucional, criação de um ambiente interno e externo favorável, estímulos adicionais para melhoria e inovações nos processos de produção, incremento na demanda por produtos, serviços, marcas, ganhos de participação de mercados, diminuição de instabilidade institucional e política locais, facilidade de acesso às linhas de crédito, retenção dos melhores profissionais, etc. Além disso, argumenta-se que ao atuar de forma ética e preocupada com seu entorno, a empresa desenvolve valores e práticas com efeitos positivos sobre sua cadeia produtiva e seus colaboradores, gerando melhores resultados.

---

<sup>22</sup> Verifica-se hoje a emergência de uma nova geração da contabilidade. Muitos estudiosos e incluindo os próprios contadores, cujo trabalho é criar a “linguagem dos negócios”, reconhecem que as demonstrações financeiras do passado, não dão conta de caracterizar a era da “economia da informação”. Ativos intangíveis, como capital humano, ambiental, de alianças e parcerias, devem complementar a avaliação convencional dos ativos tangíveis – inventário, equipamentos, etc. Sob o conceito do “value reporting”, um grande número de contadores/ auditores criaram grupos e programas para explorar como os padrões da contabilidade devem ser atualizados para abraçar esta nova realidade. Novos conceitos de riscos, oportunidades, incerteza, emergem. O Global Report Initiative – GRI -, por exemplo, promove seu “balanço sustentável”, integrando num único documento as variáveis econômico-financeiras, sociais e ambientais. No Brasil, tem destaque o modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE.



### 3.3 Os tipos de Responsabilidade Social da empresa

(CARROLL, 1999), autor clássico na literatura sobre responsabilidade social corporativa, propõe uma convergência entre os conceitos de cidadania empresarial e de responsabilidade social corporativa e aponta quatro faces para a cidadania empresarial: econômica, legal, ética e filantrópica. Desta forma, boas empresas-cidadãs deveriam ser lucrativas, obedecer as leis, ter comportamento ético e retribuir à sociedade em forma de filantropia. A seguir são apresentados os conceitos referentes a cada uma destas responsabilidades.

Responsabilidade econômica : O primeiro tipo de responsabilidade social é a responsabilidade econômica. Esta se localiza na base da pirâmide, pois é o principal tipo de responsabilidade social encontrada nas empresas, sendo os lucros a maior razão pela qual as empresas existem. Ter responsabilidade econômica significa produzir bens e serviços de que a sociedade necessita, e quer, a um preço que possa garantir a continuação das atividades da empresa, de forma a satisfazer suas obrigações com os investidores e maximizar os lucros para seus proprietários e acionistas.

É claro que a opinião pública hoje espera mais do que lucros das empresas. Uma pesquisa da Business Week / Harris Poll<sup>23</sup> revelou que 95% dos americanos entrevistados pensam que as companhias americanas devem alguma coisa para seus funcionários e comunidade e que elas devem sacrificar parte do seu *lucro* “*for the sake of making things better for their workers and communities*”. O lucro é porém, condição *sine qua non* para o exercício da responsabilidade social corporativa.

Como diz Arie de Geus, o ex-executivo da Shell: “*É perfeitamente válido que uma empresa tenha o único objetivo de gerar lucro para seus acionistas. Mas isso tem conseqüências. Só um pequeno grupo de pessoas se identifica com o círculo de poder. Todos os outros serão adendos à máquina de fazer dinheiro. Serão outsiders, recrutados por suas habilidades. Isso significa que controles hierárquicos têm de ser aplicados. Esta é a velha empresa econômica*”.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> “American, Land of the Shaken”, Business Week, 11 March 1999, 64-66, citada em MELO NETO e FROES.

Responsabilidade legal : Todas as sociedades civilizadas estão estruturadas sobre regras, leis e regulamentos que as empresas devem seguir. Com base nisso, a *responsabilidade legal* define o que a sociedade considera importante com respeito ao comportamento adequado da empresa. Ou seja, espera-se das empresas que atendam às metas econômicas dentro da estrutura legal e das exigências legais, que são impostas pelos conselhos locais das cidades, assembleias legislativas estaduais e agências de regulamentação do governo federal. Se a empresa deseja ser reconhecida e admirada com responsável socialmente , ela deve obedecer tais leis e uma política de atendimento legal nas suas políticas corporativas e nas suas operações .

Responsabilidade ética : *Responsabilidade ética* inclui comportamentos ou atividades que a sociedade espera das empresas, mas que não são necessariamente codificados na lei e podem não servir aos interesses econômicos diretos da empresa. O comportamento antiético, que ocorre quando decisões permitem a um indivíduo ou empresa obter ganhos a custo da sociedade, deve ser eliminado. Para serem éticos, os tomadores de decisão das empresas devem agir com equidade, justiça e imparcialidade, além de respeitar os direitos individuais.

Responsabilidade discricionária ou filantrópica : Responsabilidade discricionária ou filantrópica é puramente voluntária e orientada pelo desejo da empresa em fazer uma contribuição social não imposta pela economia, pela lei ou pela ética.

A atividade discricionária inclui: fazer doações a obras beneficentes; contribuir financeiramente para projetos comunitários ou para instituições de caridade que não oferecem retornos para a empresa e nem mesmo são esperados.

### **3.4 Stakeholders – Partes interessadas**

A responsabilidade social de uma empresa deve considerar todas as relações e práticas existentes entre as chamadas partes interessadas ligadas à organização (*stakeholders*) e o ambiente as quais pertence. As partes interessadas (*ou stakeholders*) são qualquer grupo dentro ou fora da organização que tem interesse no desempenho da organização. Cada parte interessada tem um critério diferente de reação porque tem um interesse diferente na organização.

---

<sup>24</sup> Revista Exame, 1<sup>a</sup> quinzena de maio de 2002.

Segundo CARROLL, uma empresa exerce plenamente sua responsabilidade social empresarial quando possui uma gestão eficaz de responsabilidade social tanto com relação ao seu público interno (beneficiários internos), quanto ao externo (beneficiários externos).

(MELO NETO e FRÓES, 2001:83), conceituam responsabilidade social interna: a responsabilidade social interna focaliza o público-interno da empresa, seus empregados e seus dependentes, ou seja, os beneficiários internos da empresa sem os quais a organização não pode sobreviver. Quando qualquer um destes se torna bastante insatisfeito, a viabilidade da organização é ameaçada. Por isso, deve-se motivá-los para um desempenho ótimo, criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para o seu bem-estar. A decorrência empresarial face ao exposto acima é a obtenção pela empresa de maior dedicação, empenho e lealdade dos funcionários e conseqüentemente de ganhos de produtividade que resultam em diferencial competitivo à empresa no seu mercado de atuação. Por outro lado, a responsabilidade social empresarial externa procura atuar na sociedade na qual a empresa está inserida junto a todos os seus públicos ou beneficiários externos (fornecedores, clientes atuais, potenciais clientes, opinião pública, governo, sociedade, etc.) e, conseqüentemente, a empresa obtém maior visibilidade e admiração frente a públicos relevantes para sua atuação.

Organizações socialmente responsáveis levam em conta os efeitos de suas ações sobre todas as partes interessadas. A seguir, apresentaremos as responsabilidades sociais que uma gestão empresarial deve considerar nas relações com as chamadas partes interessadas (ver quadro abaixo) :

A responsabilidade social corporativa (RSC) se apresenta como um “movimento” que propõe práticas de gestão em que os interesses relacionados no quadro sejam geridos em equilíbrio buscando-se harmonizar as expectativas destas partes interessadas.

No próximo capítulo analisaremos o movimento de Responsabilidade Social Corporativa, procurando validar e responder como as empresas se relacionam com seus *stakeholders* internos à luz do processo de modernização reflexiva.

**Expectativas dos Stakeholders em um Contexto de Modernização Reflexiva**

STAKEHOLDERS	EXPECTATIVAS
ACIONISTAS	Exatidão da administração em revelar a utilização dos recursos da empresa; Preservação do patrimônio; Lucros e dividendos.
EMPREGADOS	Respeito às leis; Salários justos; Melhoria das condições de trabalho; Segurança e saúde no trabalho; Realização pessoal; Reconhecimento pessoal; Autonomia no trabalho; Flexibilidade das gerências.
FORNECEDORES	Respeito aos contratos; Negociação justa.
CLIENTES	Informação confiável; Segurança e boa qualidade dos produtos e/ou serviços; Preços acessíveis; Propagandas éticas.
GOVERNO	Obediências às leis; Pagamento de tributos; Comportamento ético.
CONCORRENTES	Lealdade na concorrência
GRUPOS DA SOCIEDADE CIVIL	Proteção ao Meio Ambiente; Respeito aos direitos das minorias; Respeito aos acordos salariais
SOCIEDADE	Respeito ao interesse da comunidade; Contribuição à melhoria da qualidade de vida na comunidade; Proteção aos recursos naturais.

### 3.5 Publicação e Verificação do desempenho da Responsabilidade Social Corporativa

Um número crescente de empresas está tornando público seu desempenho ambiental, social e ético, ambos como um canal de comunicação com seus *stakeholders* e como uma ferramenta de gestão. Porém, como esta prática só ficou mais difundida em meados dos anos noventa, não há ainda nenhum formato padrão endereçado ao tipo de informação que a empresa divulga, ou como aquela informação é coletada, analisada e apresentada. Ao mesmo tempo, algumas partes interessadas estão ficando cada vez mais exigentes no tipo e qualidade de informação solicitada às empresas.

Nos Estados Unidos e na Europa proliferam os fundos de investimento formados por ações de empresas socialmente responsáveis. O Sustainability Index, da Dow Jones, por exemplo, enfatiza a necessidade de integração dos fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de negócios das empresas. Normas e padrões certificáveis relacionados especificamente ao tema da responsabilidade social, como as normas SA8000 (relações de trabalho) e AA1000 (diálogo com partes interessadas), vêm ganhando crescente aceitação.

No Brasil, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, tem o objetivo de fornecer às empresas um instrumento de acompanhamento e monitoramento das suas práticas de responsabilidade social. Os indicadores Ethos estão divididos em sete grandes temas: 1) Valores e Transparência 2) Público Interno 3) Meio Ambiente 4) Fornecedores 5) Consumidores/Clientes 6) Comunidade 7) Governo e Sociedade e o seu guia de elaboração do Balanço Social está dividido em 3 grandes blocos contendo os seguintes temas:

- Indicadores econômicos: valor adicionado, produtividade e investimentos;
- Indicadores sociais: bem-estar da força de trabalho, direitos do trabalhador e direitos humanos, promoção da diversidade, investimentos na comunidade, outros;
- Indicadores ambientais: impactos dos processos, produtos e serviços no ar, água, terra, biodiversidade e saúde.

Em um esforço para fortalecer a credibilidade do processo de divulgação de relatórios sociais, algumas empresas estão escolhendo ter os seus relatórios externamente verificados; reconhecendo que a verificação por um terceiro pode adicionar valor a todo o

processo de publicação do seu relatório social melhorando suas relações com seus *stakeholders*, melhorando o desempenho empresarial e o processo de tomada de decisão, alinhando suas práticas com os valores organizacionais, e fortalecendo a sua reputação. Um pequeno, mas crescente número de empresas já está submetendo à verificação seus relatórios sociais, em particular, grandes companhias.

A verificação recorre a uma avaliação independente sobre a qualidade, veracidade e precisão das informações do relatório de uma empresa e pode incluir auditorias, revisões, atestados ou outras formas de garantia. Porém, diferentemente de um relatório financeiro, a verificação de relatório social equilibra freqüentemente uma avaliação quantitativa - dados precisos - com avaliação qualitativa - por exemplo; a acessibilidade do relatório para todas as partes interessadas. O debate sobre o tema, sugere que ao longo dos próximos anos, os relatórios sociais venham adquirir a consistência e credibilidade de que gozam os relatórios financeiros.

## CAPÍTULO 4 –RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

*“O desenvolvimento da reflexividade social é a principal influência sobre uma diversidade de mudanças que, sob outros aspectos, parecem ter muito pouco em comum. Por conseguinte, a emergência do pós-fordismo nos empreendimentos industriais é geralmente analisada em termos de mudanças tecnológicas, em especial, a influência da tecnologia da informação. Mas o motivo básico para o crescimento da “produção flexível” e da tomada de decisões de baixo para cima é que um universo de alta reflexividade conduz à maior autonomia de ação , que o empreendimento deve reconhecer e ao qual deve recorrer “. (GIDDENS,1999:15)*

Como vimos na capítulo anterior, o “movimento de responsabilidade social das empresas” está amparado fortemente em valores éticos ao se comprometer em incorporar condutas éticas e sociais em todas as suas ações; desde o relacionamento com os consumidores, fornecedores, até com seus próprios empregados. Desta forma, o “movimento” pretende conciliar os interesses dos diferentes atores sociais com os quais as empresas se relaciona. Recentemente, o Rio de Janeiro , celebrou um grande seminário sobre Responsabilidade Social. Em uma semana de discussão muitas instituições, ONGs e empresas apresentaram casos exemplares de RSC: projetos com as comunidades circunvizinhas, projetos culturais, sociais , esportivos e ambientais. Todos os apresentadores, ressaltaram a pró-atividade das empresas demonstrando grande preocupação em atacar as externalidades socio-econômicas e ambientais da produção observadas especialmente no primeiro capítulo deste trabalho. Há que se dizer que ficou de fora do debate, a discussão essencial de como elas têm enfrentado as **externalidades filosóficas e psicológicas** do processo de produção, o sintoma pessoal mais perverso da sociedade moderna.

De lá, podemos tirar uma amostra considerável do pensamento organizacional moderno. No nosso ponto de vista, predomina uma visão ingênua, incompleta, limitada sobre o enfrentamento desta realidade. Pensar no *stakeholder* interno sem pensar nas conseqüências pessoais das relações de trabalho que as empresas e teorias organizacionais insistem em não reconhecer; é de fato uma grande limitação do chamado

movimento de “responsabilidade social corporativa” ; acreditamos que uma empresa mais humana é não só necessária, como possível. É urgente se criar um contraponto mais reflexivo, mais crítico; caso contrário, corremos o risco de ver a questão dos valores (desnorteantes!) do trabalho moderno mais uma vez deixada de lado.

#### **4.1 Conseqüências pessoais do trabalho.**

No contexto da globalização, grande ênfase é dada à importância dos fluxos financeiros e de investimentos, tecnológicos e de comércio, e se concebe as empresas, principalmente as transacionais, como o principal agente da globalização, mas segundo estudo da (UNCTAD, 2000) muitas pequenas e médias empresas já tinham, pelo ao menos, algumas operações internacionais.

As expressões “capitalismo flexível”, “produção flexível”, pós-fordismo , *lean production* e derivações enfatizam a flexibilidade, na qual a busca de maximização da competitividade e produtividade tornam-se o objetivo central das estratégias empresariais de reestruturação produtiva. Atacam-se as formas rígidas de burocracia e também todos os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças de curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais.

SENNET (2001) <sup>25</sup>: *“essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, e também as palavras que empregamos para ele. “Carreira”, por exemplo, significava originalmente na língua inglesa, uma estrada para carruagens, e como acabou sendo aplicada ao trabalho, um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira. O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro. A palavra “job” (serviço, trabalho, emprego) em inglês do século quatorze, queria dizer um bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para o outro. A*

---

<sup>25</sup> SENNET, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001, p.09. A partir de entrevistas com executivos demitidos e muitos outros trabalhadores, Sennet, estuda os efeitos desorientadores do novo capitalismo; o admirável mundo das reengenharia das corporações, com risco, flexibilidade, trabalho em rede e equipes que trabalham juntas durante um curto espaço de tempo, no qual o que importa é cada um ser capaz de se reinventar.



*flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de job , na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida.”*

A produção flexível está relacionada com as novas competências resultantes da despadronização do processo de trabalho. De acordo com VALLE, as novas ferramentas tecnológicas e organizacionais exigem intervenções humanas menos previsíveis e planejáveis, aumentando a necessidade de pessoal competente capaz de compreender e participar de um ambiente onde a tomada de decisões é muito mais complexo.

A flexibilidade do trabalho em inúmeros casos tem sido sinônimo de precarização do trabalho em diversas arenas, mas o setor privado não está imune às pressões de seu ambiente social; assim a exigência de responsabilidade social empresarial tem se configurado como um “movimento” no qual diversos atores sociais têm se mobilizado.

É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. Diz-se que atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá as pessoas mais liberdade para moldar suas vidas.

SENNET argumenta que o ambiente de trabalho moderno – com ênfase nos trabalhos a curto prazo, na execução de projetos e na flexibilidade – não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam uma narrativa coerente para as suas vidas. E, mais importante, esta nova forma de trabalho impede a formação do caráter.

Para ele, o desenvolvimento do caráter depende de virtudes estáveis como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua; características que estão desaparecendo no novo capitalismo. Em alguns aspectos, as mudanças que marcam este novo sistema são positivas e levaram a uma economia dinâmica, mas também corroeram a idéia de objetivo, a integridade e a confiança nos outros, aspectos que gerações anteriores consideravam essenciais para a formação do caráter. O autor sugere que precisamos recriar tanto o caráter da comunidade como do indivíduo para que possamos enfrentar uma economia baseada no princípio de “sem comprometimento a longo prazo” .

A partir de entrevistas com um ex-funcionário da IBM, SENNET procura retratar a experiência da deriva no mundo do trabalho moderno. A entrevista é com um homem que se acostumou com as freqüentes mudanças e trocas de emprego. Ele temia que a

maneira como tinha de viver (acabara de se tornar um consultor autônomo) para sobreviver na economia moderna houvesse posto sua vida emocional, interior, à deriva. Hoje, na empresa de consultoria, quando as coisas ficam difíceis é como se ele não soubesse quem são seus filhos e se preocupa com a freqüente anarquia em que mergulha a família, e com o abandono das crianças, cujas necessidades não podem ser programadas para encaixar-se nas necessidades de seu trabalho. Ele tem medo de que seus filhos se tornem “pequenos ratos”, rondando ao léu pelos estacionamento dos *shopping centers* à tarde, enquanto que ele e sua esposa permanecem fora de alcance em seus escritórios. Sua mais profunda preocupação era de que não podia oferecer aos filhos a substância de sua vida de trabalho como exemplo de como eles devem conduzir-se eticamente.

O sinal mais tangível do tempo que vivemos talvez seja o lema “não há longo prazo”. No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está morrendo, assim como um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. O lema “não há longo prazo” está alterando o próprio sentido do trabalho.

Um executivo da ATT, disse: *“temos de promover todo o conceito de que a força de trabalho é contingente, embora a maioria dos trabalhadores contingentes esteja dentro de nossas paredes. Empregos está sendo substituído por projetos e campos de trabalho.”*<sup>26</sup>

De acordo com (BAUMANN,1999), nossa sociedade é uma “sociedade de consumo” no sentido, profundo e fundamental, nossa sociedade precisa engajar seus membros pela condição de consumidores e a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. Desta maneira, o mercado pode ser “motivado pelo consumidor” como nunca antes na história. O mercado, nesta visão é dinâmico demais para permitir que se façam coisas do mesmo jeito ano após ano, ou que se faça a mesma coisa. As pessoas estão famintas por mudanças e para (SENNET, 2001) a origem desta fome de mudança é o “capital impaciente”, o desejo de rápido retorno. O mercado acredita que o rápido retorno é mais bem gerado pela rápida mudança institucional, que gera o padrão dominante que pode ser descrito como “afrouxamento dos freios”: desregulamentação, liberalização, fluidez

---

<sup>26</sup> citado em SENNET, Richard , "A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo", p. 22 (2001).

crescente, alívio da carga tributária, facilitação das transações nos mercados financeiros, imobiliário e trabalhista com crescente flexibilidade.

Para SENNET “não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. Os laços fortes, em contraste, dependem da associação a longo prazo e, mais pessoalmente, da disposição de estabelecer compromissos com os outros. Para o autor, é a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não o mercado global ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do trabalho.

Voltando à experiência do ex-funcionário da IBM, as mudanças materiais englobadas no lema “não há longo prazo” se tornaram disfuncionais para ele também, sobretudo em relação à sua vida familiar. Ele dizia se sentir um idiota quando falava em compromissos mútuos com seus filhos; pois para eles isso era uma virtude abstrata, que não a viam em parte alguma. O comportamento que traz o seu sucesso ou mesmo apenas a sobrevivência no trabalho pouco dava para oferecer como modelo paterno. Na verdade, para este casal moderno, o problema é exatamente ao contrário: como eles podiam evitar que as relações familiares com o espírito de reunião, de franqueza, lealdade e de compromisso mútuo sucumbissem ao comportamento de curto prazo. Ele preocupava-se com a possibilidade de seus filhos derivarem ética e emocionalmente.

Este conflito entre família e trabalho impõe algumas questões sobre a experiência adulta. Como se pode buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como pode o ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego.

Conclui-se que se hoje há uma maior liberdade de mercado, menos controle do governo, o “SISTEMA”<sup>27</sup> ainda entra na experiência cotidiana das pessoas como sempre fizera, com dominação, submissão, sucesso e fracasso, alienação e consumo.

Os jovens jornalistas de hoje, por exemplo, sofrem muito mais do que sofriam no passado do mal da censura interna, da restrição à liberdade de crítica e expressão de criação,

---

<sup>27</sup> Sistema ou “mundo da produção”; locus da racionalidade instrumental, funcional ou estratégica é o processo organizacional que visa alcançar objetivos prefixados, ou seja, é uma razão teleológica com relação a fins na qual vai predominar a instrumentalização da ação social dentro das organizações. TENÓRIO, 2002.

apesar de compartilharem os valores no neoliberalismo. Trata-se de uma contradição profunda, porque os jovens jornalistas compartilham os valores do neoliberalismo, tais como o sucesso pessoal, o individualismo, o espírito de competição e o relativo descaso com os problemas sociais. Mas sua aplicação pelo patrões como modo de controle das redações voltou-se contra os próprios jornalistas. Um padrão mais autoritário do que nunca, que se vale da ameaça das demissões, marca hoje as relações funcionais nas redações, atingindo até mesmo as relações interpessoais. A rotatividade nas redações chega a 30% ao ano, e grande parte dos jornalistas abandona a profissão antes de completar dez anos de ofício. A ética jornalística desapareceu das redações e a supressão da liberdade de informar se banalizou como condição natural. O jornalista jovem é hoje, o que mais se identifica com o neoliberalismo e, no entanto, um dos mais estressados pelos processos de alienação no ambiente de trabalho.<sup>28</sup>

Se estamos num mundo imaterial, liberto de grande parte das amarras físicas, em que as possibilidades crescem em progressão exponencial e a maior riqueza das empresas é a contribuição das pessoas em conhecimento, riqueza essa que é ilimitada, deveríamos estar todos esfuziantes de entusiasmo. Mas não. Segundo Jurandir Freire Costa<sup>29</sup>, grande psicanalista brasileiro, são os executivos modernos entre 25 a 60 anos de idade (!!) os maiores freqüentadores de seu divã. Na verdade, transformamos todas as “promessas maravilhosas” do mundo moderno em uma fonte inesgotável de estresse. Basicamente, porque não sabemos como atender a todas as expectativas criadas pelo novo mundo dos negócios: as empresas precisam ser globais e locais, pequenas e grandes, centralizadas em alguns momentos e descentralizadas em outros. Os funcionários têm que ser ao mesmo tempo autônomos e integrantes de equipe, e os gerentes devem delegar mais, mas também controlar mais.

Uma pesquisa da consultoria Arthur D. Little, feita com 2.800 executivos de várias empresas, identificou as principais tensões a que eles se sentem submetidos:

- têm que pensar a longo prazo, mas devem mostrar resultados imediatos;

---

<sup>28</sup> O autor Bernardo Kucinski em matéria na revista CADERNOS DIPLÔ diz que no Brasil, a mídia adotou como cartilha o pensamento único neoliberal, enterrando a pluralidade e o debate de idéias. Traçando um paralelo com o termo do sociólogo Fiori – pensamento único, diz que a mídia caiu na ditadura do discurso único ou da mesmice jornalística. No Brasil, o consenso não precisa ser produzido ao longo de um complexo processo midiático de debate argumentativo. Ele já nasce pronto e acabado. A ideologia de todos os veículos da grande imprensa brasileira possui o mesmo código genético. Kucinski diz que há uma tremenda falta de pluralismo na mídia brasileira o que leva a uma grande paradoxo: temos menos pluralismo na democracia do que tínhamos na ditadura, pois naquela época havia uma pujante imprensa alternativa, incluindo vários semanários de circulação nacional. Havia jornais anarquistas, marxistas, nacionalistas, feministas, católicos e internacionalistas. (como o Pasquim, a Última Hora, Correio da Manhã, Opinião e Movimento, etc.)

- são cobrados por inovação (em um ambiente de trabalho muitas vezes caótico), mas não podem perder eficiência;
- devem pensar em escala global, mas não podem perder de vista as responsabilidades locais;
- têm que colaborar, mas também competir;
- têm que fazer os negócios crescerem, mas sem perda de desempenho;
- devem trabalhar em equipe, mas são cobrados por sua responsabilidade individual;
- têm que ser flexíveis, mas não podem deixar de seguir os padrões.

Esses exemplos mostram o caráter *desnorteante* das conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo . Essas contradições têm gerado uma força de trabalho frustrada em um ambiente de trabalho medíocre. Ainda, no final da pesquisa, José Elías Alvarez, diretor de estratégia e prática organizacional da Arthur D. Little nos EUA, tem uma sugestão muito “elucidativa” (!!): *“assuma o caos, quando chegar a uma encruzilhada, conquiste-a”*. E é este o tom que prevalece no senso comum das teorias organizacionais, vide a explosão de revistas como a Exame, Você S.A, Empreendedorismo, etc. que estão cheias de matérias, ou melhor “cases” exemplares de sucesso de como se enfrentar estas novas situações: reinvente-se, seja criativo, estamos vivendo na sociedade do conhecimento portanto estude sempre, recicle-se: faça um MBA, seja empreendedor, atinja suas metas, assuma riscos, fale inglês, francês, alemão, japonês, faça marketing pessoal (ou venda-se melhor), estabeleça uma extensa lista de contatos, faça isso, faça aquilo (situações satirizadas nos quadrinhos do Dilbert). O mercado cria um frenesei, uma histeria para que as pessoas correspondam às suas necessidades. O senso comum é portador de soluções positivistas e consensos fáceis, ou como chamou (TENÓRIO, 2002): esta é exatamente a *“anomalia do fato administrativo”*:

*“as teorias organizacionais têm mantido a interpretação e ordenamento das organizações segundo a lógica de encadeamento de meios e fins, isto é , tentam explicar as ações implementadas pelas organizações pela*

---

<sup>29</sup> Entrevistão com Jurandir Freire Costa, jornal O Pasquim 21, 1<sup>a</sup> semana de abril de 2002.

*função que estas exercem no conjunto da vida social. Não aceitamos a pretensão de se querer explicar o fato administrativo e a maneira de como ele é decidido a partir, exclusivamente, da função ou papel que as organizações modernas possuem no contexto socioeconômico. A visão ordenada de meios e fins não passa de um enfoque funcionalista que fere brutalmente a realidade social de determinadas sociedades”.*

A complexidade e a importância da questão das externalidades pessoais do processo de produção ainda não é reconhecida nos principais instrumentos de divulgação de desempenho social no Brasil, como o Demonstrativo do Balanço Social - modelo IBASE. Tal afirmação indica que esses indicadores refletem apenas a linguagem da empresa; um indicador que represente a opinião do trabalhador em relação ao custo x benefício destes investimentos ainda não é abordado nos relatórios sociais, como por exemplo: “índice de satisfação dos empregados” ou “ambiente de trabalho” ; ou seja: ainda que uma empresa apresente bons resultados nos seus indicadores sociais, como para estes sugeridos abaixo, é possível encontrarmos um empresa onde seus empregados não estejam felizes com os métodos de gestão desta empresa.

<b>INDICADORES SOCIAIS INTERNOS IBASE</b>
Alimentação
Encargos sociais compulsórios
Previdência privada
Saúde
Segurança e Medicina do Trabalho
Educação
Cultura
Capacitação e Desenvolvimento Profissional
Creche/Auxílio Creche
Participação nos resultados
Outros
<b>INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL IBASE</b>
Números de empregados ao final do período
Número de admissões durante o período
Número de empregados acima de 45 anos
Número de mulheres que trabalham na empresa
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres
Número de empregados portadores de necessidades especiais

## **4.2 Responsabilidade Social Corporativa e Modernização Reflexiva: uma abordagem crítica.**

No mundo da produção um dos efeitos da modernização reflexiva é a reivindicação do indivíduo por trabalhos com maior significado e crescimento pessoal, o que em parte explica o crescimento de programas de incentivo ao voluntariado nas empresas a fim de fortalecer o vínculo entre funcionários e empresas e como uma forma de reconstruir ou fortalecer os laços abalados. Diferente do trabalho comumente existente nas organizações, o trabalho voluntário parece acontecer a partir de motivações e desejos baseados especialmente no compromisso com uma mudança maior e na responsabilidade ante a comunidade. O *boom* destas práticas em empresas poderia ser explicado pelo tempo perdido em organizações que não deram espaço para um trabalho mais gratificante, o retorno a valores esquecidos e como resposta às mudanças sociais advindas do processo de modernização reflexiva.

Vimos que são inúmeras as conseqüências pessoais do trabalho. Entretanto; este quadro agrava-se quando o voluntariado empresarial é estimulado por moda ou assume caráter instrumental gerando para o indivíduo novas angústias. Tomemos como exemplo, uma empresa na qual foi decidido instituir um grupo interno que foi chamado de “Comitê de Responsabilidade Social Corporativa” com objetivo de promover ações de trabalhos voluntários e de assistencialismo (doação de tickets refeição ou uma certa quantia em dinheiro). As pessoas que participavam estavam ávidas por um trabalho pleno de significações a partir da escolha de uma vida ativa e voltada para fora, para o “mundo da vida”. Mas o voluntariado nunca fora estimulado: não havia dispensa do funcionário no horário do trabalho e as raras vezes foram criticadas, não havia doação de recursos da empresa para projetos em que os funcionários atuavam como voluntários (os tickets refeição sim é que eram convertidos em latas de Sustagem e doados para a Casa de Apoio a Criança com Câncer), também não havia o estímulo ao envolvimento dos funcionários em projetos sociais da empresa (como projetos de preservação e de educação ambiental). A princípio, este grupo se reunia uma vez por semana, estavam todos motivados, estabeleciam metas: contatos a serem feitos com ONGs e instituições de caridade, novas formas de estreitar laços com a instituição com que já trabalhavam, etc. Na semana seguinte ninguém tinha conseguido cumprir as metas da semana passada pois todos trabalhavam normalmente 10 horas por dia e simplesmente não lhes restava tempo para assumir o papel de cidadão dentro da empresa. O grupo passou do

estado de euforia inicial à culpa generalizada. Este fato foi criando uma nova angústia pois as pessoas de viram totalmente incapazes de lidar com este problema. O máximo que se conseguiu foi tirar o nome de “Corporativo” do grupo, pois o corpo diretivo nada fez para enfrentar este problema e nunca se comprometeu em criar condições para que seus funcionários crescessem e se realizassem profissional e **pessoalmente** dentro da empresa.

A partir de pesquisa bibliográfica empreendida por (ASHLEY, COUTINHO e TOMEI)<sup>30</sup> sobre o conceito de responsabilidade social corporativa e de cidadania empresarial, é possível dizer que o conceito de **cidadania corporativa empresarial**, tem sido nos últimos cinco anos muito veiculado, tanto no meio empresarial quanto na mídia. Popularmente, este conceito tem sido tratado de maneira bastante instrumental, ou seja, como algo que traria vantagem competitiva à organização frente à crescente concorrência e seu aspecto mais ressaltado tem sido o de investimento na comunidade através de projetos ou ações sociais com recursos transferidos por empresas. Inclusive, o resultado desta pesquisa mostra que alguns autores acreditam que as organizações deveriam repensar sua responsabilidade social de forma estratégica, ou seja; alinhada com seus objetivos estratégicos contrapondo-se às ações sociais discricionárias da empresa. Nesse sentido, haveria um foco de investimento social, pelas empresas, em áreas que possam alavancar os pontos fortes de seu core business, melhor utilizar seus recursos e maximizar o retorno para as comunidades em que atuam, seus colaboradores e investidores. Um exemplo de disto foi a premiação do artigo *“Integrating Corporate Social Responsibility with Competitive Strategy”* como o *“Best MBA Paper in Corporate Citizenship”* dado pelo Centro de Cidadania Corporativa do Boston College este ano; esta linha de pensamento vem guiando o conceito de filantropia estratégica e tem angariado um número bastante extenso de adeptos no meio empresarial nos últimos anos.

O processo de alienação no jornalismo, como exemplificado anteriormente, tem estreita relação à explosão de matérias sobre responsabilidade social corporativa ou cidadania empresarial na grande mídia de qualidade duvidosa e quase todas comprovam o caráter instrumental dado ao assunto. A tempo de interferir no senso comum deste atores sociais,

---

<sup>30</sup> ASHLEY, Patricia; COUTINHO, Renata e TOMEI, Patricia. *Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa*. Artigo aprovado para apresentação no ENANPAD 2000), setembro/2000.



tomemos alguns exemplos: diz uma matéria na Gazeta Mercantil: “...quanto à responsabilidade e ação social, agora a empresa é considerada efetivamente cidadã”<sup>31</sup> (!) ou ; “o marketing social inicia-se como uma verdadeira forma de exercício de responsabilidade social e que pode se construir, a longo prazo, em um valor diferencial para a marca e também em uma vantagem competitiva para a empresa”.<sup>32</sup> ou; “a cidadania funciona como qualquer serviço no mercado competitivo: os inovadores são premiados; quem entra nessa área mais cedo ganha vantagem, fica com uma boa imagem. Em algum ponto, as ações pelo ambiente e pela comunidade deixam de ser vantagem, passam a ser pré-requisito<sup>33</sup>”.

Por outro lado, (MARTINELLI , 1998),<sup>34</sup> diz que a empresa-cidadã, passa a agir na transformação do ambiente social, sem se ater apenas aos resultados financeiros do balanço econômico, buscando avaliar a sua contribuição à sociedade e se posicionando de forma pró-ativa nas suas contribuições para os problemas sociais. A empresa classificável como empresa-cidadã possuiria objetivos sociais e instrumentos sociais, os quais não deveriam ser confundidos com práticas comerciais ou objetivos econômicos. Desta forma, sua atuação agregaria uma nova faceta ao seu papel de agente econômico: a de agente social preocupada com a transformação da sociedade e do desenvolvimento do bem comum.

Acreditamos que o conceito de empresa-cidadã só pode ter sentido autêntico à medida que as empresas estabeleçam uma conexão com a comunidade (interna e externa) e que tenda a gerar formas de inclusão aos problemas que atenham à esta comunidade. Deste modo, pensamos que uma empresa só pode ser empresa-cidadã à medida que contribua com a construção da cidadania no meio em que atua, ou seja; à medida que contribua para que os outros também sejam.

Mas em que sentido pode-se outorgar o título de cidadão a uma empresa, a um corpo coletivo, quando este é um atributo próprio dos indivíduos, e ainda, como pode-se pensar que as empresas estão em condições de construir cidadania quando em geral, estão muito longe de serem organizações democráticas onde tende a predominar em seu

---

<sup>31</sup> SANTANA, J.L. *Lucro como Instrumento de promoção social*. Gazeta Mercantil, página A3, 11/09/00.

<sup>32</sup> DA SILVA, Enéas Alessandro . *O retorno que vem do social*. Gazeta Mercantil, página A2, 24/10/00.

<sup>33</sup> GOLDENBERG, Simone *Investimentos na área social também dão retorno*. Gazeta Mercantil, página C4, 03/11/01.

<sup>34</sup> Autor citado na pesquisa de ASHLEY. Antonio Carlos Martinelli é autor do livro: Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora.

interior um tipo de poder, de estruturas, de hierarquias, de valores cuja validade rejeitaríamos para a sociedade em seu conjunto ?

Em relação à participação e engajamento dos indivíduos nas empresas pode-se dizer que o manual da administração democrática não emplacou no Brasil. Depois de mais de uma década de pregação sobre os novos modelos organizacionais como motor propulsor do desenvolvimento das companhias, fica claro que o discurso está muito longe da prática. A mudança da gestão de pessoas e processos não avançou além de uma idéia isolada ou reuniões fechadas entre Diretoria. Pesquisa realizada pela consultoria Symnetics com empresas de diferentes setores indica que a esmagadora maioria continua sendo conservadora na hora de mudar para valer as suas estruturas. Pelo levantamento, que demorou dois anos para ser concluído – 81% das empresas pesquisadas não reconhecem o valor gerado pelos seus funcionários. Entre as empresas analisadas estavam CSN, Unibanco, Asea Brown Boveri, Unibanco, freios Varga, Gessy Lever, Caixa Econômica Federal, entre outras. Algumas delas, com iniciativas arrojadas na administração de recursos e pessoas. A regra, no entanto, está exatamente na direção oposta. “Não é que as empresas tentem vender uma imagem que não sabem ter. Elas imaginam ser o que de fato não são” diz Aerton Paiva, coordenador da pesquisa. Segunda a mesma, em 81% das empresas, a promoção e o desenvolvimento das carreiras ainda seguem o clássico modelo de tempo de casa. “Muitos dos entrevistados se queixaram pelo fato de a empresa dar mais espaço aos movimentos políticos do que à valorização dos seus talentos”, afirma. A voz do baixo e médio escalões não chega aos níveis mais altos. O grau de decisões compartilhadas é nula em mais de 28 % das empresas e fraco em 52% delas. Apenas 20% das companhias pesquisadas já adotam esta postura com naturalidade. Segundo Paiva, ao optar pela linha voltada para os resultados, a empresa deve pressupor a participação de mais pessoas na elaboração dos planos de ação e, mais do que isso, que elas participem na hora das decisões. Mas empresa que não ouve, também não delega. De acordo, com a pesquisa, as empresas cobram responsabilidade pelos fins sem dar, no entanto, autonomia sobre os meios. Somente 20% concedem espaço para uma atuação integral dos funcionários, 28% passa longe do assunto e 52% começam a discuti-lo , porém ainda não implantaram um modelo de gestão que permita dar mais independência aos empregados. “se você perguntar para o dirigente dessas empresas se ele acha os conceitos importantes, ele diz que sim. Mas na hora de mostrar o que a companhia realmente já fez, a coisa muda de figura” As empresas que apresentaram bom desempenho na pesquisa são as que optam pelo pragmatismo e mérito dos profissionais.

Conclui-se que é muito precoce falar em “empresa-cidadã” no Brasil, onde estamos no embrião da construção de estruturas de governança corporativa. Aqui, o conceito e prática de Governança ainda é restrito à transparência de gestão e respeito aos investidores minoritários, num cenário de proliferação de iniciativas de governança corporativa no mundo. No bojo das exigências por governança global e conseqüentemente por governança corporativa, está a crescente pressão por transparência e demonstração de resultados por parte das empresas: econômicos, ambientais e sociais, este representado pelo modelo do “Balanço Social” (Ibase), o relatório proposto pelo GRI (Global Report Initiative) entre outros. Mas de acordo com matéria na revista Carta Capital<sup>35</sup>, a maioria das companhias que divulgam balanços sociais no Brasil ainda faz delas uma peça de marketing belamente ilustrados, mas que pouco dizem de sua interação com a sociedade e de que forma ela gera e distribui riquezas. Na maioria dos balanços sociais a filantropia ganha páginas e mais páginas. Os bons relatórios, diz a matéria, podem ser contados nos dedos, além do mais, as empresas divulgam o que querem. Um exemplo ilustrativo ocorreu em uma grande empresa de petróleo onde a diretoria resolveu postergar a demonstração de resultados na área de saúde e segurança pois em um *benchmark* contratado à uma empresa de consultoria, a empresa tinha índices bem inferiores aos de suas concorrentes, ou seja, a empresa comporta-se como em um sistema fechado, e o pior é que a sociedade continua sem saber a que riscos está submetida: isso é ser empresa socialmente responsável ?

Os conceitos de RSC e “empresa-cidadã” expressam a inscrição da empresa na sociedade, e isso só é válido quando se combinam os elementos simbólicos do discurso com os requisitos operativos para dar o seu conteúdo real, o que marca a contribuição das empresas na construção da cidadania. Este discurso só é válido portanto, quando inscreve o cidadão na sociedade fortalecendo suas bases democráticas. Existem poucas exceções, mas não podemos chamar as empresas de cidadãs, pois a característica precípua do “Mundo da Vida”, o diálogo, a racionalidade do discurso através dos elementos de negociação e consensos ainda não existe nas empresas, local onde a racionalidade estratégica atinge o seu mais alto grau .

Além das limitações expostas, cabe perguntar se a expansão dos termos responsabilidade social corporativa, cidadania empresarial ou empresa-cidadã, não está expressando as necessidades comunicacionais das operações globais das companhias transnacionais. Neste sentido, o uso destes termos poderia ir ao encontro dos

---

<sup>35</sup> SAFATLE, Amália. *Bonitinhos, mas ordinários* , Revista Carta Capital, ano VII, no.186.

questionamentos que vem sofrendo algumas transnacionais por questões ligadas ao meio ambiente, minorias, precarização do trabalho, exploração de mão-de-obra infantil por parte de subcontratadas, e outros assuntos postos no espaço público com a emergência da subpolítica (BECK).

Há de se reconhecer que as propostas mais práticas das empresas para enfrentar os problemas do capitalismo neoliberal (e suas externalidades) estão no bojo do movimento de responsabilidade social corporativo. A proliferação de projetos sociais com as comunidades, mostra que a economia não é tão indiferente à localização quanto se supunha. (SENNET, 2001) entretanto; chama a atenção que muitas iniciativas estão sendo empreendidas com a comunidade, mas nada tem sido feito para tornar o trabalho mais atraente e que contribua de forma ao engajamento e realização do empregado como indivíduo isolado.

Segundo (VILMAR, 2002), as empresas estrangeiras trazem toda a bagagem da cultura gerencial do trabalho dos seus países de origem e esse inserem na realidade brasileira onde há mínima proteção social ao trabalho, alto desemprego, baixa capacidade de representação coletiva e pouca tradição na solução direta de conflitos entre empresas e sindicatos. Essa diferenciação abre a possibilidade de uma prática distinta em termos de direitos do trabalho, saúde e segurança e meio ambiente entre a matriz e filial. Em alguns casos, as respostas às pressões sociais tem sido o diálogo com grupos ativistas e a negociação de códigos de conduta e diretrizes que padronizem o comportamento das empresas.

Mas há muitas controvérsias em relação ao uso e expansão de Códigos de Conduta. A fragilidade do mercado consumidor como agente regulador das ações de responsabilidade social tem sido compensada pela agilidade do mercado em buscar “certificações” de comportamento social. Os “certificados” distinguem os produtos e marcas que foram elaborados conforme padrões definidos. Quando utilizado entre importadores e exportadores, a certificação serve de garantia mínima de que os fornecedores ou empresas que vendem determinados produtos não estão se valendo de diferenciais competitivos baseados em degradação ambiental e das condições de trabalho, trabalho infantil ou discriminação. (*dumping* ambiental e *dumping* social). Neste caso, o “certificado” garante que as diferenças entre produtos concorrentes se devam a diferenças de produtividade, qualidade e tecnologia aplicada ao processo de produção.

Diferentes “selos” tem sido implementados por diferentes organizações, como por exemplo, a norma Social Accountability 8000, Rugmark, Responsible Care, Fair trading Labeling, no Brasil temos a Fundação Abrinq, com o selo “Empresa Amiga da Criança”, o programa Global Compact entre muitos outros.

Nossa crítica, reside no fato de que a maioria destes programas partem da adesão voluntária do Corpo Diretivo destas empresas, para como foi dito acima, atender às necessidades comunicacionais das operações do mercado global. Na grande maioria dos casos, são programas que não passam dos níveis hierárquicos mais altos das organizações ficando muito claro que sua adesão saiu de decisões de “gabinete da diretoria”, sem que tivesse passado por um processo de diálogo, de consenso a fim de se construir visões e valores compartilhados entre todos à respeito do assunto que trata este ou aquele código de conduta, gerando grandes distorções.

Tomemos o caso da Unilever, participante do programa Global Compact das Nações Unidas. A Unilever Bestfoods Brasil, tanto em sua gestão na CICA como na Arisco tem sido contrária aos princípios de uma empresa preocupada com o desenvolvimento local, sustentável e capaz de melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho da região em que está localizada. Embora estes sejam os compromissos assumidos pela empresa internacionalmente, através de declarações na imprensa e de seu posicionamento frente ao Global Compact (veja o quadro comparativo na próxima página). O próprio Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, em recente entrevista ao jornal O PASQUIM 21, foi questionado à respeito da adesão da Bayer ao Global Compact quando se sabe que a Bayer tem um passado polêmico do ponto de vista das questões humanitárias. Na 1ª Guerra Mundial, foi a criadora da guerra química, na 2ª fabricou gases venenosos que dizimaram os judeus em Auschwitz. Agora, alguns críticos de esquerda argumentam que essa afiliação da Bayer à ONU é uma maneira de fazer uma cortina de fumaça com relação as suas práticas lesivas ao meio ambiente e às vidas humanas, principalmente no emprego de agentes químicos utilizados nos pesticidas. Dentro da bandeira que a Bayer utiliza para se livrar das acusações, está a adesão ao Global Compact como um dos primeiros signatários.

Quadro Comparativo dos Compromissos Assumidos Internacionalmente pela Unilever e o que a Unilever Bestfoods desenvolve na Arisco e na Cica no Brasil<sup>36</sup>

Item do Compromisso (Global Compact)	Situações na ARISCO e na CICA
Defender a liberdade de associação e o efetivo reconhecimento do direito à negociação coletiva	A empresa centraliza suas decisões e oferece poucas alternativas para negociação com os sindicatos locais. A empresa não tem prática de negociar e ouvir os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.
Defender a efetiva abolição do trabalho infantil	A empresa não possui nenhum programa, atividade ou investimento específico para cumprir esta meta. Mesmo tendo assinado um acordo com a DRT para colaborar com a erradicação do trabalho infantil na Região, a empresa não possui nenhum investimento que propicie alternativa de renda ou atividades para as crianças com potencial de risco para o trabalho infantil na região agrícola do Estado.
Defender a eliminação da discriminação relacionada ao emprego e à ocupação	A estrutura de cargos e salários da Arisco e da Cica possui e beneficia significativamente mais homens nos cargos mais elevados. A empresa não possui nenhum programa, atividade ou investimento específico para defender a eliminação da discriminação de gênero ou raça nas unidades da Arisco e Cica observadas.
Apoiar ações de prevenção aos problemas ambientais	A empresa é uma das maiores poluidoras da região e não apenas não faz os investimentos necessários solicitados pelo órgão ambiental estadual, como ainda incorre constantemente das penalidades que lhe são impostas pela Justiça.
Comprometer-se com iniciativas para promover uma maior responsabilidade ambiental	Não possui nenhuma iniciativa para promover responsabilidade ambiental na região.

<sup>36</sup> Dados extraídos do Relatório Executivo de Observação do Comportamento Social e Trabalhista da Unilever Bestfoods Brasil (Arisco e Cica) do Observatório Social.

O Observatório Social é uma iniciativa da CUT Brasil em parceria com Cedec, Dieese e Unitrabalho. Sua meta é gerar e organizar informações consistentes sobre o desempenho social e trabalhista de empresas. A análise do Observatório trata dos seguintes direitos: liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação contra gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional. A referência da análise do Observatório está baseada nos direitos fundamentais do trabalho defendidos pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). A OIT é uma organização da ONU (Organização das Nações Unidas) fundada em uma estrutura tripartite, na qual governos, empregadores e trabalhadores estão reunidos para trabalhar pela promoção da justiça social e melhores condições de vida e de trabalho em todo o mundo. Para outros exemplos de contradições (Parmalat, Moto Honda, BomPreço) ver: VILMAR, Maria Lúcia, 2002, *As Práticas Trabalhistas e Ambientais de Empresas Transnacionais no Brasil*, In Vilmar, Maria Lúcia, *As Práticas Trabalhistas e Ambientais de Empresas Transnacionais na Sociedade de Risco*, capítulo 5, Tese de D.Sc., COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A falta de transparência nas empresas, a falta de participação e democratização dos processos de tomada de decisão tem levado ao que descreveu um consultor de gestão de pessoas à *anomia* - o total desengajamento dos indivíduos no espaço do trabalho.

## CONCLUSÕES

O estudo partiu da hipótese de que a modernização reflexiva, decorrente do próprio processo de modernização capitalista inicia um novo paradigma, onde a autonomia é privilegiada, tornando-se necessidade para a vida numa sociedade destradicionalizada e reflexiva. O inquestionável poder econômico das empresas em parte vem sendo obtido a um custo social inaceitável. Isso porque as múltiplas externalidades associadas à atividade empresarial, sob a forma de degradação da natureza, das condições de trabalho impróprias, etc., vêm sendo tratadas por meio da privatização dos ganhos e da socialização dos custos

A modernização reflexiva, coloca a sociedade no caminho da autocrítica, sendo condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional. As decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições de ação de cada um. Após uma apresentação, em linhas gerais, da reflexão de GIDDENS sobre a modernização reflexiva e seus vínculos com a sociedade moderna, o trabalho buscou responder a seguinte questão: como entender a importância que o tema responsabilidade social corporativa adquiriu e em que medida ele contribui para o engajamento do cidadão na modernidade reflexiva?

É essencial que os homens possam trocar argumentos racionais referentes aos seus interesses dentro de um espaço público de livre discussão. Só assim, cada um pode ser considerado como um ser autônomo, dotado de razão, que pode exprimir a sua opinião. A Racionalidade estratégica é insuficiente para dar conta às novas exigências do mundo moderno, fazendo-se necessário formas ampliadas de racionalidade diante da crescente racionalização do mundo.

A modernização reflexiva abre espaço para a racionalização comunicacional. É um fato que as empresas estão se tornando mais permeáveis. Efetivamente elas cuidam mais da sua aparência, não só para melhorar sua imagem exterior mas também para dar aos membros o sentimento de serem nutridos, protegidos no bem-estar pela empresa. É esquecido nesta afirmação o fato de que a responsabilidade em questão é somente uma responsabilidade organizacional (de modo que a tarefa, ou iniciativa efetuada favoreça o desenvolvimento da organização; ou dito de outra forma; que os objetivos alcançados



sejam vinculados a um objetivo último) e uma responsabilidade técnica (acionar os meios e competências mais adequadas para realizar o trabalho com o menor custo possível e de uma maneira excelente) . A responsabilidade social (as decisões tomadas favorecem a autonomia ou a heteronomia dos membros dentro da organização ?) de fato , não é levada em consideração. Se levarmos em consideração os aspectos desnorteantes do trabalho (SENNET, 2001) e todo o conjunto de patologias sociais relacionadas (contradições têm gerado uma força de trabalho frustrada em um ambiente de trabalho medíocre), o termo “Responsabilidade Social Corporativa “ carece de coerência e validade empírica. Assim, podemos concluir que o conflito entre a racionalidade instrumental e a substantiva é solucionada, acriticamente através daquilo que chamamos ao longo do trabalho de movimento de responsabilidade social corporativa. Se hoje há uma maior liberdade de mercado, o “SISTEMA” ainda entra na experiência cotidiana das pessoas como sempre fizera: com dominação, submissão, sucesso e fracasso, alienação e consumo.

Os conceitos de RSC e “empresa-cidadã” expressam a inscrição da empresa na sociedade, e isso só é válido quando se combinam os elementos simbólicos do discurso com os requisitos operativos para dar o seu conteúdo real, o que marca a contribuição das empresas na construção da cidadania. Existem poucas exceções, mas não podemos chamar as empresas de cidadãs, pois a característica precípua do “Mundo da Vida”, o diálogo, a racionalidade do discurso através dos elementos de negociação e consensos ainda não existe nas empresas, local onde a racionalidade estratégica atinge o seu mais alto grau .

No entanto, é curioso que em vários casos a empresa consegue fazer crer a seus membros que ela é virtuosa, que considera os homens, suas opiniões e a sua vida.

É o momento de se questionar em que medida o movimento de responsabilidade social corporativo poder ser considerado transformador ou mantenedor.

De acordo com MARTINELLI, a empresa-cidadã, passa a agir na transformação do ambiente social, sem se ater apenas aos resultados financeiros do balanço econômico, buscando avaliar a sua contribuição à sociedade e se posicionando de forma pró-ativa nas suas contribuições para os problemas sociais. Esta empresa possuiria objetivos cuja atuação agregaria uma nova faceta ao seu papel de agente econômico: a de agente

social preocupada com a transformação da sociedade e do desenvolvimento do bem comum.

Acreditamos que o conceito de empresa-cidadã só pode ter sentido autêntico à medida que contribua com a construção da cidadania no meio em que atua, ou seja; à medida que contribua para que os outros também sejam.

Em que sentido pode-se outorgar o título de cidadão a uma empresa, a um corpo coletivo, quando este é um atributo próprio dos indivíduos, e ainda, como pode-se pensar que as empresas estão em condições de construir cidadania quando em geral, estão muito longe de serem organizações democráticas onde tende a predominar em seu interior um tipo de poder, de estruturas, de hierarquias, de valores cuja validade rejeitaríamos para a sociedade em seu conjunto?

Através de uma abordagem crítica ao conceito de responsabilidade social corporativa, concluímos que o conceito e discurso da responsabilidade social corporativa carecem de maior coerência teórica. Os argumentos, a favor, todos na linha instrumental consideram que há uma relação positiva entre o comportamento socialmente responsável e a performance econômica da empresa. O presente estudo mostrou também que Responsabilidade Social Corporativa, não pode estar situada apenas no âmbito da caridade ou filantropia tradicionalmente praticada pela iniciativa privada. O caráter instrumental deste conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade do negócio (e legitimação) de longo prazo num ambiente de alta complexidade que, em sua lógica de performance e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas.

Existem outras limitações de ordem prática: A RSC muitas vezes não passa de declarações de ética empresarial sem nenhuma indicação da forma de implementação, e nos chama atenção o fato de que as empresas consideradas líderes em Responsabilidade Social Corporativa (C&A, Natura, Coca-Cola e outras) estão concentradas nos setores de bens de consumo onde a marca e a imagem são muito importantes .

Face ao exposto, cabe perguntar se a expansão dos termos responsabilidade social corporativa, cidadania empresarial ou empresa-cidadã, não está expressando as necessidades comunicacionais das operações globais das companhias transnacionais. Neste sentido, o uso destes termos poderia ir ao encontro dos questionamentos que vem

sofrendo algumas transnacionais por questões ligadas ao meio ambiente, minorias, precarização do trabalho, exploração de mão-de-obra infantil por parte de subcontratadas, e outros assuntos postos no espaço público com a emergência da subpolítica (BECK).

Enfim, considerando a relação de interdependência entre a empresa e sociedade, bem como o poder econômico e a competência técnica que norteiam o ambiente de negócios, é fácil perceber a relevância do foi apresentado neste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Luis Eduardo Soutello. *Governança e cidadania empresarial* . Revista de Administração de Empresas da FGV (RAE), São Paulo, v. 41, n. 4, p.78-86, out-dez 2001.
- ASHLEY, COUTINHO , TOMEI *Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial: Uma análise conceitual comparativa* . Artigo aprovado para apresentação no ENANPAD 2000), setembro/2000.
- ASHMAN, Darcy. *Civil Society Collaborations with Business: Bringing Empowerment Back in* . World Development, Great Britain, v.29, n° 7, p 1.097-1.113, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1998.
- BECK, Ulrich, 1992 - *The Risk Society: towards a new modernity*, 1a.edição Londres, Sage,1992.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Ed. UNESP, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.
- CANCLINI, Nestor García. *La Globalización Imaginada*. México, Ed. Paidós, 1999.
- CARROLL, Archie B. The four faces of Corporate Citizenship . *Business and Society Review*, 100/101 – 1-7, 1999.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, *Nosso Futuro Comum*, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. Tradução do original em inglês *Our Common Future*, Oxford/New York, Oxford University Press, 1987.
- CORSI, F.L. Globalização e a crise dos Estados Nacionais. In: DOWBOR L, IANNI, O . e RESENDE, P.E (Orgs.) *Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997. (p 102-108).
- CREMA, Roberto. *Introdução a Visão Holística. O Breve Relato de Viagem do Velho ao Novo Paradigma*, 2<sup>a</sup> ed , Rio de Janeiro, Ed. Ática, 1995.

- DE BARROS, Flávia Lessa. *Ambientalismo, globalização e novos atores sociais*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, Ed. UnB, v.11, n.1, p. 121-137, jan-jun 1996.
- DE CASTRO, Ana Maria. *Introdução ao Pensamento Sociológico*. Rio de Janeiro, Ed. Eldorado, 1975.
- DIAS, Reinaldo. *Sociologia e Administração*. Campinas, SP; Ed. Alínea, 2001
- DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à Crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1990.
- ENRIQUEZ, Eugène. *Os desafios éticos nas organizações modernas*. Revista de Administração de Empresas da FGV (RAE), São Paulo, v. 37, n. 2, p.06-17, abr-jun 1997.
- EPPLER, Erhard. *Was braucht der Mensch? Vision Politik: Im Dienst der Grundbedürfnisse*, Frankfurt/Main, Campus Verlag GmbH, 2000.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.
- FISCHER, Rosa Maria e FALCONER, Andrés Pablo. *Voluntariado empresarial – estratégias de empresas no Brasil*. Revista de Administração da USP (RAUSP), São Paulo, v. 36, n. 3, p.15-27, jul-set.2001.
- GARAY, Angela Beatriz Busato. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações?. Revista de Administração da USP (RAUSP), São Paulo, v. 36, n. 3, p. 06-14, jul-set.2001.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita: O futuro da Política Radical*. São Paulo, Ed. UNESP, 1996.
- GONÇALVES, Reinaldo; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. *Globalização, Neoliberalismo e Exclusão Social*. Revista Archetypon, Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, p. 03-26, jan-mar 1999.
- HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. Edições Loyola, 1996.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.
- IANNI, Octavio. A política mudou de lugar. In: DOWBOR L, IANNI, O . e RESENDE, P.E (Orgs.) *Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.
- KUCINSKI, Bernardo, 2002, *Do Discurso da ditadura à Ditadura do Discurso*, Cadernos Diplo - Le Monde Diplomatique, n. 3 (jan), pp. 145-163.

- LE NOUVEL OBSERVATEUR. *Café Philo: as grandes indagações da Filosofia*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1999.
- MELO NETO, Francisco P. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: a caso brasileiro*. Rio de Janeiro, Qualitymark Ed., 2001.
- ODUM, Eugene. *Ecologia*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1975.
- PASSET, René. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.
- RECTOR, Mônica; NEIVA, Eduardo (org). *Comunicação na era Pós-Moderna*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
- RONDINELLI, Dennis A.; BERRY, Michael A. *Environmental Citizenship in Multinational Corporations: Social Responsibility and Sustainable Development*. European Management Journal, Great Britain, v.18, no 1, p. 70-84, 2000.
- SHIRM, Stefan A. *Globale Märkte, nationale Politik und regionale Kooperation*, tese de livre docência, Munique, 1998. Direitos cedidos à Fundação Konrad Adenauer para publicação em português.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.
- SETHI, Prakash S. *Standards for Corporate Conduct in the International Arena: Challenges and Opportunities for Multinational Corporations*. Business and Society Review , 107:1 - 20-40
- SOARES, Holgonsi. *O sentido da autonomia no processo de globalização*, publicado na Revista EDUCAÇÃO - Centro de Educação-Universidade Federal de Santa Maria-RS - V.22 - N.o 02 - 1998.
- SODRE, Muniz. *O Discurso da Neobarbárie*. In DE MORAES, Dênis (org) . *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande, Ed. Letra Livre, 1997.
- SOUZA, Donaldo Bello. *Globalização: A Mão Invisível do Mercado Mundializado nos Bolsões da Desigualdade* . Boletim técnico do SENAC, Vol.22, nº2. RJ, 1996
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem Razão a Administração ? Ensaio de Teoria Organizacional e Gestão Social*. Ijuí -RS, Ed. Unijuí, 2002.
- VALLE, Rogério. *Racionalização na Modernidade Contemporânea: tornam-se necessários conceitos ampliados de racionalidade* , 1999 . Texto adotado no curso de pós-graduação
- VALLE, Rogério. *As formas ampliadas de racionalidade se fazem presente no Mundo da Produção "pós-fordista"* , 1999 . Texto adotado no curso de pós-graduação
- VIEIRA, L. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1992.

VILCHES, Lorenzo. *Globalização comunicativa e efeitos culturais*. In DE MORAES, Dênis (org) . *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande, Ed. Letra Livre, 1997.

VILMAR, Maria Lúcia, 2002, *As Práticas Trabalhistas e Ambientais das Empresas Transnacionais na Sociedade de Risco*. Tese de D.Sc., COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

WARREN, Ilse Scherer. *Novos Atores e Práticas Políticas Ambientalistas na Era da Globalização*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, Ed. UnB, v.11, n.1, p. 139-148, jan-j un 1996.